



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0859/15	DATA: 15/06/2015	
LOCAL: Unidade da Federação	INÍCIO: 09h33min	TÉRMINO: 12h26min	PÁGINAS: 59

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DELEGADA ADRIANA ACCORSI - Deputada Estadual de Goiás.
SANDRA REGINA MARTINS - Diretora de Igualdade Racial do Município de Aparecida de Goiânia, Goiás.
ANA RITA DE CASTRO - Secretária Municipal de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Goiânia, Goiás.
EDSON FERREIRA - Representante da Associação Quilombola Jardim Cascata.
ANY PATRÍCIA BORBA - Assistente Social da CEMADIPE - Centro de Educação Infantil Marista Divino Pai Eterno.
REDELSON TOMAZ - Representante da Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP.
JOÃO BERNARDINO GONÇALVES NETO - Representante da ONG Transforma Goiás no Município de Aparecida de Goiânia.
ADRIANA SILVEIRA - Superintendente da Mulher, do Município de Aparecida de Goiânia.
MARTA IVONE DE OLIVEIRA FERREIRA - Superintendente de Promoção da Igualdade Racial, do Estado de Goiás.
JOSÉ EDUARDO DA SILVA - Coordenador Nacional de Entidades Negras.
WILSON SILVA DE OLIVEIRA - 1º Sargento da Polícia Comunitária de Aparecida de Goiânia e representante regional do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD.
ANTÔNIO CARLOS GOMES - Representante da Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda, do Município de Aparecida de Goiânia.

SUMÁRIO

Diligência e oitivas pertinentes ao trabalho da Comissão no Estado de Goiás.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Instituto Federal de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia e na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em Goiânia.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Bom dia a todos e a todas.

Declaro abertos os trabalhos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Nós estamos hoje fazendo uma diligência em Aparecida de Goiânia. Depois, na parte da tarde, nós vamos fazer uma audiência pública em Goiânia, na Assembleia Legislativa.

Esta CPI foi instalada no dia 26 de março. Já percorremos vários Estados, estamos agora em Aparecida de Goiânia e, na semana que vem, vamos a São Paulo.

Sempre temos feito audiências nas Assembleias Legislativas, justamente para dar visibilidade ao tema e também para fazer o apelo, aproveitando que a Deputada Delegada Adriana Accorsi está aqui, de que esta Comissão seja replicada. No caso das Assembleias, nós temos feito um apelo para criarem comissões especiais para estudar um projeto, um planejamento sobre a redução de homicídios em cada Estado.

Eu quero convidar para se sentar à mesa o Deputado Delegado Edson Moreira, de Minas Gerais, que é nosso membro da CPI; o Deputado Rubens Otoni, também companheiro da CPI e que organizou a nossa vinda a Goiânia e a Aparecida de Goiás; a Deputada Delegada Adriana Accorsi; a Sra. Sandra Regina Martins, que é Diretora de Igualdade Racial de Aparecida de Goiânia; e a Sra. Ana Rita Marcelo de Castro, Secretária de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, do Município de Goiânia.

Nós vamos fazer aqui uma abertura e depois vamos abrir para que todos possam falar. Eu quero primeiramente falar um pouco dos objetivos da CPI. Primeiro registro que, às vezes alguém questiona por que a CPI não trabalha a violência em geral e por que ela tem um recorte etário e um recorte racial. É evidente que no Brasil — estou até com o livro *Mapa da Violência* — nós temos muita dificuldade de obter dados sobre a segurança pública nos Estados, Deputado Rubens Otoni. O maior dado da segurança pública nos Estados é não ter dados, lamentavelmente.

O Governo Federal, na época do PRONASCI, criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas — SINESP. Mas ele



que ainda não é alimentado. Inclusive uma das tarefas da CPI será fazer com sejam responsabilizados os gestores que não alimentarem o Sistema Nacional. Nós precisamos de fato ter as estatísticas, conhecer as realidades.

Na ausência de dados do próprio Sistema de Segurança Pública e pela dificuldade dessas informações, nós estamos trabalhando com o *Mapa da Violência*, que é do DATASUS e tem uma defasagem de 2 anos nas suas estatísticas.

Portanto, quando nós olhamos a estatística de violência no Brasil a partir do *Mapa da Violência*, constatamos um indicador que nos assusta muito: nos últimos 30 anos, foi morta no Brasil quase que uma população do Uruguai — 2,4 milhões de pessoas — por causas externas, sendo 1,2 milhão por homicídio, 1 milhão por acidente de trânsito e 210 mil por suicídio.

Mas para falar de números e fazer comparativos, sempre todo mundo utiliza a estatística de homicídio para cada 100 mil habitantes. Fazendo esse recorte por 100 mil habitantes, na Europa toda, tratando-se da Comunidade Europeia, a estatística é de 6 homicídios para cada 100 mil habitantes. Mas no Reino Unido é de 1 homicídio para cada 100 mil habitantes. Então, há vários dados estatísticos, sendo em média 2 ou 3 homicídios, no máximo, para cada 100 mil habitantes. A própria ONU considera que acima de 10 homicídios já é um estado de guerra civil. E olhem que, com relação ao Brasil, sempre há questionamentos quanto à subnotificação e sobre os desaparecidos, porque esta CPI também investiga violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres.

Mas considerando só os homicídios, a taxa no Brasil é de 28,9 ou 29 para cada 100 mil habitantes. E quando fazemos um recorte por faixa etária da nossa juventude, há uma taxa de quase 60, pois são 58,9 homicídios para cada 100 mil habitantes. Dentro do recorte da juventude, 93% são homens e quase 80%, 78%, são negros e pobres. Então, comprovadamente há um problema no País: o problema de democracia racial. Ou seja, o nosso povo que está sendo assassinado são os jovens negros e pobres.

Há outro indicador de que eu gosto de falar: o Brasil superou a mortalidade infantil. Graças a Deus, nós a superamos com tanta política! A mortalidade de crianças até 12 anos de idade, sejam brancas ou negras, é muito igual: é de 1,1 homicídio para 100 mil; e 1,3 homicídio para 100 mil. Isso até os 12 anos de idade.



Depois, aos 19 anos de idade, por coincidência quando termina — ouviu, Delegado Edson Moreira? — a proteção do ECA, há indicadores que são estarrecedores em relação à morte dos nossos jovens negros no Brasil. Goiânia está entre as Capitais com mais de 100 homicídios para cada 100 mil habitantes. Aqui em Aparecida de Goiânia, a taxa é de 128 homicídios para cada 100 mil habitantes. Esses indicadores são estarrecedores, não existem em lugar nenhum no mundo.

Se fizermos um paralelo com a violência da população que se abate sobre os brancos — e nós não queremos violência para ninguém, nós não queremos a morte de ninguém —, o Brasil tem taxas de países quase civilizados quando se trata de morte de jovens brancos. Existe Estado que apresenta uma taxa acima de 60 homicídios para cada 100 mil habitantes, mas que, em relação aos brancos, apresenta uma taxa de 5 ou 6 homicídios para cada 100 mil habitantes, o que é uma taxa “aceitável” — entre aspas —, porque uma taxa aceitável seria zero. Mas não são absurdas como as que vemos hoje.

Então, o que alavanca o problema da violência e dos homicídios no Brasil são os assassinatos de jovens negros e pobres. Então, não tem como desenhar uma política de redução e de enfrentamento aos homicídios e de combate à violência sem se pensar do ponto de vista do corte racial; do ponto de vista do gênero, porque 93% são homens; do ponto de vista da idade, porque são jovens de 15 a 24 anos, com um pico aos 19 anos; e do ponto de vista da questão dos territórios.

Nós estamos falando também de uma violência altíssima, mas 90% dela, de acordo com o *Mapa da Violência*, concentra-se em 142 Municípios. Eu já visitei um Município — e o Deputado Rubens Otoni deve ter visitado também, assim como todo mundo que está na vida pública — que tem 52 anos e nunca teve um homicídio. E olhem que ele está perto de um território que tem sempre homicídio, Para quem conhece Minas, ele se chama Rio Doce e é do lado de Ponte Nova, que tem uma taxa de homicídios altíssima. O Delegado Edson Moreira conhece muito bem tanto Ponte Nova quanto a cidade de Rio Doce.

Ou seja, nós precisamos ter um enfrentamento em relação a esses indicadores. O Brasil, um Estado de Direito, uma Nação, não pode mais conviver com esses altos números. Então, é evidente que a CPI tem a tarefa de conhecer esses casos, visitar essas comunidades que têm altos índices de violência, visitar



casos emblemáticos e não elucidados, de que há muitos no Brasil, casos de 30 anos que não se conseguiu elucidar.

Este é outro problema da segurança pública no Brasil: quanto maior a taxa de resolatividade dos homicídios, menor é a taxa de homicídios. Por exemplo, enquanto o Reino Unido tem um índice de 90% de casos de homicídios elucidados, sendo 1 homicídio para cada 100 mil habitantes, o Brasil tem 8% de taxa de elucidação de homicídios e 29 homicídios para cada 100 mil habitantes. Então, se chega àquela velha máxima, àquele dito popular: o problema não é o tamanho da pena, o problema é o tamanho da impunidade. Ou seja, a violência se concentra mais no tamanho da impunidade.

No Brasil, o nosso sistema criminal, o nosso sistema penal, a nossa Justiça Criminal lamentavelmente não priorizam a elucidação de crimes contra a vida. Em termos de prisão carcerária, 85% concentram-se em crime patrimonial — mais de 50% —; e em usuários de droga, não traficantes de droga. A taxa de pessoas que estão presas por crimes contra a vida é de 11%. Esses são os indicadores que nós conhecemos em relação, na minha concepção, a pequenos usuários de drogas.

Eu presidi uma Comissão Especial sobre drogas, que tratou do programa Crack, É Possível Vencer. Eu poderia dizer que, dependendo da droga e do nível de drogadição do cidadão, ele realmente vira microtraficante. Mas geralmente ele é microtraficante não para ganho pessoal, ele é microtraficante para uso pessoal.

Isso é muito diferente de quem vende droga para consumo e quem vende droga para enriquecimento ou para ganho pessoal. Aí eu concordo com o senhor. A ampla maioria se transforma em microtraficante, porque, depois de certo tempo, ele já vendeu tudo da casa: a janela, o piso, a porta, a geladeira. E aí, aqueles que não querem roubar geralmente viram microtraficantes. O *crack* é um tipo de droga que leva a isso.

Então, nesse sentido, nós queremos, sim, conhecer os casos emblemáticos. Eu defendo o deslocamento de competência de alguns casos que não foram elucidados. Mas nós precisamos resolver o problema da persecução penal no Brasil. Nós precisamos resolver o sistema federativo sobre segurança pública no País. Hoje o Município não tem responsabilidade compartilhada, a União não tem



responsabilidade compartilhada. Nós precisamos alterar a Constituição para criar responsabilidades compartilhadas.

Criar um novo sistema federativo é fundamental. E mais do que um sistema federativo para resolver o problema de enfrentamento aos homicídios e fazer uma pactuação de redução, eu defendo um pacto republicano não só com os entes da Federação, mas com toda sociedade e com todos os Poderes, em especial o Poder Judiciário.

Eu defendo também que — estava falando com a Deputada Adriana Accorsi — nós precisamos desprivatizar esse tema. Esse tema não pode ser de competência só do Delegado Edson Moreira e da Delegada Adriana Accorsi, tem de ser do Reginaldo Lopes, do Rubens Otoni, de todos os cidadãos, porque quem recebe a política de segurança pública é o cidadão. A sociedade se empoderou de todos os outros temas de segurança pública a partir da Constituição de 88, a sociedade ajudou a desenhá-los.

Nós estamos fazendo agora os planos municipais de educação e vamos fazer os planos estaduais. Nós votamos, depois de 4 anos, o Plano Nacional de Educação. Todos os anos há as conferências municipais de saúde, há o conselho que funciona entre o prestador, o usuário e o gestor no plano da saúde do País. Mas sobre segurança pública, nós não temos a cultura de debater.

Então, eu defendo também que haja uma responsabilidade constitucional de Municípios, Estados e União terem conselhos, órgãos de controle social e mais planejamento de ações locais. É importante que cada Município desenhe as suas ações estratégicas decenais como uma responsabilidade constitucional, assim como a União e também os Estados.

Nesse caso, nós devemos apresentar um plano nacional republicano federativo de enfrentamento aos homicídios, com dois vieses, um primeiro com pactuação de redução de homicídio. Eu tenho falado publicamente que, por dentro do nosso Governo, no Ministério da Justiça, estava sendo desenhado um pacto nacional de enfrentamento aos homicídios, no qual, primeiramente, eles não queriam dar um recorte racial, nem etário, nem por território. Acima de tudo, eles queriam uma redução de 20%. Eu acho isso extremamente tímido: para haver uma redução de 20%, é melhor que não haja nada.



Eu fui questionado pelo Deputado Delegado Edson Moreira, porque disse o seguinte: “*Nós precisamos ter uma nova concepção sobre a forma de atuação da polícia, para reduzirmos tanto a letalidade policial como também a morte de policiais, porque eles matam e morrem*”. É muito alto esse índice. Eles matam muito: a letalidade policial brasileira, em 5 anos, matou mais do que 30 anos de todas as polícias norte-americanas. Mas aqui os policiais também morrem muito mais do que em qualquer outro país. E muitos dos policiais militares são negros, pobres e jovens.

Então, essa concepção da polícia do confronto, do inimigo interno e do enfrentamento também tem causado muitas vítimas. E nesse sentido, uma redução de 20%? É preciso uma nova postura, um novo pacto, uma nova concepção sobre segurança pública, para nós atingirmos essas metas. Um país que vai planejar os seus próximos 10 anos precisa ter a competência de, concluindo 10 anos em 2025, ter uma taxa de um dígito. Nós não podemos conviver com mais de 9 homicídios para cada 100 mil habitantes. Nós matamos, nos últimos 5 anos, mais do que todas as guerras internacionais. Há um indicador no *Mapa da Violência* que aponta isso com relação aos últimos 72 grandes conflitos internacionais. Então, eu acho que não podemos conviver com essa realidade no País.

É evidente que a CPI tem essa tarefa ao concluir o seu trabalho. Ele não será uma conclusão definitiva, até porque, apresentada uma emenda constitucional, o Regimento da Casa propõe uma nova Comissão Especial para apreciar essa PEC. Então, é evidente que essa PEC será fruto de debate com a sociedade, mas aí com um produto definido, com artigos. É possível a sociedade participar mais objetivamente a partir do texto da PEC que será apresentada.

Também o plano nacional de enfrentamento terá o viés de redução e de pactuação. Mas eu defendo trazermos para dentro do plano nacional as metas do Juventude Viva, que foi um plano lançado em 2011, mas que, como política finalística, não foi executado na ponta. Como diagnóstico, sim, como pactuação, dados estatísticos e para jogar luz ao tema, o Juventude Viva conseguiu o seu objetivo. Mas como política para atender as diversas juventudes, as juventudes mais vulneráveis, universalizar oportunidades, fazer políticas afirmativas raciais, isso não foi feito.



Nós precisamos, Deputado Rubens Otoni, trazer essas metas bem definidas para o nosso projeto do plano estratégico. Então, é evidente que nós vamos voltar aqui para debater.

Há muitos outros temas que nós podemos discutir. Eu perguntei a vários Secretários de Estado e tenho perguntado, nas audiências na Câmara, por que a nossa Constituição não definiu o que é ordem pública. Eu tenho perguntado a alguns: “O que é ordem pública?” Eles falam assim: “Ordem pública eu não sei. Mas o que é desordem pública eu sei”. Nós também nunca definimos o que é ordem pública. Dizem que é muito pantanoso esse tema. Mas na ausência dessa definição, alguém exerce na ponta a interpretação do que seja ordem pública. Nós precisamos debater isso com mais clareza também.

Devemos discutir se a perícia tem que ser autônoma ou não; se as corregedorias têm que ser autônomas ou não; se as ouvidorias têm que ser autônomas ou não; se os IMLs têm que ser autônomos, independentes ou não; se nós temos que integrar as polícias ou não; se temos que unificar ou não — se há a Polícia Militar, os delegados não gostam —; se temos que ter o ciclo completo ou não; se temos que ter o juizado de instrução ou não.

Eu acho que vai se aprovar o ciclo completo. É muito interessante porque, quando eu pergunto à Polícia Militar se deve haver o ciclo completo, todos afirmam que “sim”. Aí quando eu pergunto aos delegados e chefes da Polícia Civil, todos dizem que “não”. (*Riso.*)

Eu perguntei ao Subprocurador-Geral da República Bonsaglia: “Nós devemos ter um juizado de instrução?” Ele disse: “Não, não. Não tem que ter não. O juiz tem que ser imparcial, isento”. Ou seja, em tese, o Ministério Público estava ali defendendo o direito de ele ser dono do inquérito.

Então, é evidente que, em nome de um país mais civilizado, cada um vai ter que abrir mão um pouco das suas convicções, para fazer um projeto que convirja a favor da vida. Então, é nesse sentido.

Mas isto é legítimo: nesse debate, quando ele se inicia, cada ator tem as suas convicções. Eu estava até brincando com a Adriana Accorsi de que esse é um tema geralmente muito tensionado. Como nós não nos acostumamos a discutir, quando colocamos quem trabalha como agente de segurança e o cidadão, num primeiro



momento dá tanta divergência! Mas isso é por falta de diálogo. Ao se reestabelecer ou estabelecer um diálogo, as coisas começam em outro patamar de convergência. Então, ninguém é dono da verdade. Não tem nenhum modelo que seja 100% perfeito, tudo tem seus pontos positivos e seus pontos negativos.

Nós precisamos é ter consciência de que devemos fazer alguma coisa diferente para que possamos preservar as vidas. Nós não podemos mais aceitar que o Brasil fique entre os países mais violentos do mundo — é o mais violento do mundo!

Nós fomos educados numa lógica de que no Brasil não há racismo, quando aqui há o pior racismo, porque ele se tornou dissimulado. Nós fomos educados no sentido de que o Brasil é um país generoso, fraterno, gentil, pacífico, quando aqui se mata mais do que em todas as guerras internacionais. Então, na verdade, nós somos muito violentos, há uma cultura da violência no País. Nós temos que estabelecer uma nova cultura de paz. Tudo vira conflito: em briga de vizinho sai morte, em briga de casal sai morte. Nós precisamos ter uma nova educação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, Deputada, espere para falar! Eu encerrei aqui.

Nós vamos abrir a palavra e eu vou passar para a Mesa. Eu quero pedir aos Deputados Federais para deixarem a nossa Deputada Delegada Adriana Accorsi falar, até porque ela vai assumir...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É da polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - É chefe de polícia, é sua colega. Ela também vai ter a responsabilidade de puxar uma comissão especial aqui na Assembleia Legislativa de Goiás, para debater pelo Estado, junto com o Deputado Rubens Otoni, um plano estadual de enfrentamento à taxa de homicídios.

O Estado de Goiás, Goiânia e aqui, pela questão socioeconômica, têm a tarefa de reduzir a taxa de homicídios, que eu acho altíssima. Nas cidades do Entorno de Brasília, é natural isso. Geralmente as cidades do Entorno são muito violentas, são regiões e territórios em que a precisamos implementar políticas sociais e políticas públicas.

Então, eu acho que cabe aí uma tarefa enorme à senhora, ouviu, Deputada?



Com a palavra a Sra. Deputada Delegada Adriana Accorsi.

A SRA. DELEGADA ADRIANA ACCORSI - Muito obrigada, Deputado Reginaldo Lopes, eu quero agradecer a presença do senhor aqui, que veio nos ajudar a discutir esse tema em nosso Estado. Quero agradecer a presença do Deputado Delegado Edson Moreira, que é um *superstar*, cujo trabalho nós acompanhamos pela televisão. Parabéns! Eu sou sua admiradora. Cumprimento o nosso Deputado Rubens Otoni, as companheiras Sandra e Ana Rita e todos que estão aqui. Bom dia. E é uma satisfação poder discutir esse tema tão importante.

Nós somos trabalhadores da segurança pública há mais de 15 anos. A nossa prioridade sempre foi a defesa da juventude e das crianças. Estamos, neste momento, na Vice-Presidência de uma CPI que discute e investiga os abusos e a exploração sexual de crianças e adolescentes em Goiás, notadamente das crianças calungas na região de Cavalcante. E nós também temos, na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública de Goiás, esse tema presente e como uma grande prioridade.

A nossa missão de vida é o combate à violência em Goiás. Nós temos discutido isso em todo o Estado. E só para contribuir, Deputado, nós vemos que, nos últimos 5 anos, a violência tem crescido de uma forma geral no nosso Estado, especificamente em regiões como a Grande Goiânia e o Entorno de Brasília, mas também na região de Rio Verde, onde há grande diferença e desigualdade social.

Nós podemos dizer, Deputado, que existem motivos para isso. E um dos principais motivos é a completa desestruturação da Polícia Judiciária no Estado de Goiás que vem acontecendo. Nós temos hoje uma Polícia Judiciária que funciona com um número de policiais muito aquém do necessário: são 3 mil policiais, quando seriam necessários 10 mil, em condições de trabalho indignas. Inclusive, estivemos aqui em Aparecida na semana passada, visitando as delegacias de polícia. Com raras exceções, elas estão literalmente caindo em cima dos policiais e dos cidadãos que vão até lá. Isso tem um profundo impacto na apuração dos homicídios.

Criamos recentemente, na nossa gestão, os Grupos de Investigação de Homicídios — GIHs, em todo o Estado. No entanto, isso não teve impacto na diminuição e nem no aumento do número de casos. Nós tivemos uma das piores taxas da Meta 2 — não sei, Deputado, se o senhor acompanhou. A Meta 2 foi um



programa estabelecido pelo SENASP para apuração dos homicídios não resolvidos. Goiás tem mais de 3.500 homicídios não solucionados. Inclusive, hoje a Força Nacional está aqui em Goiás, nos auxiliando na apuração desses homicídios.

Então, eu vejo como um dos principais problemas a falta de estrutura e de pessoal para que a Polícia Judiciária possa investigar os assassinatos, o que gera impunidade na comunidade onde vive um jovem, uma mulher. Nós apresentamos, no ano passado, Deputado, um dos maiores índices, o recorde nacional de homicídios de mulheres: houve 150% de aumento desses homicídios em Goiás, notadamente de mulheres jovens e, em sua maioria, humildes e negras. Portanto, a violência hoje é a principal preocupação da população de Goiás.

E nós colocamos também outra questão como causa: a ausência de políticas públicas de inclusão e de oportunidades para a juventude.

Acho que essa é uma discussão profunda. Desde já, colocamos a nossa intenção de acatar a solicitação e a sugestão do Deputado de instaurarmos uma comissão para estudar essa questão profundamente aqui no Estado de Goiás.

Quero cumprimentar o Comandante da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, que estabeleceu e até nos passou recentemente uma primeira pesquisa sobre assassinatos de jovens em Goiânia e em Goiás. Já houve em Goiás 1.080 homicídios este ano, até o fim de maio; e em Goiânia, 200 homicídios até o fim de maio. Pela pesquisa que a Guarda está fazendo, 58% são homicídios de jovens negros e mais de 70% de jovens.

Esses são dados que nós estamos começando a coletar agora e que a Secretaria de Segurança Pública ainda não apresentou. Mas nós queremos colocá-los também para o Secretário, que deve estar conosco hoje à tarde, Deputado, e que também é Delegado da Polícia Federal, um técnico que tem nos atendido nas solicitações.

Mas é preciso que possamos discutir essas questões colocadas aqui. Todo o Estado de Goiás também sabe que a Polícia Militar de Goiás hoje sofre com um grande déficit de policiais. Recentemente o Supremo Tribunal Federal proibiu a utilização de policiais temporários, então, de um dia para o outro, nós perdemos 2.480 policiais militares temporários em Goiás — isso ocorreu há 10 dias mais ou menos.



Nós vivemos hoje uma profunda crise na segurança, por isso entendemos que este é o momento para discutir a questão. Estamos discutindo o Plano Juventude Viva e estivemos com os companheiros da CPI nacional na semana passada, procurando realmente as alternativas. Eu vejo que esse é um dos nossos maiores problemas hoje, Deputado.

Conte conosco aqui, principalmente como Deputada e trabalhadora da segurança também.

Eu peço desculpas, pois terei de deixar a diligência. A Deputada Erika Kokay está em Goiânia, para conversar sobre assuntos relacionados à violência no Entorno de Brasília com o nosso Secretário de Segurança Pública, com quem teremos uma audiência daqui a 30 minutos. Portanto, pedimos desculpas. Mas estaremos à tarde com vocês, na audiência pública.

Muito bom dia e um excelente trabalho para vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra ao nosso companheiro membro da CPI, que foi o autor do requerimento para estarmos aqui, Deputado Rubens Otoni.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Bom dia a todos e a todas.

Faço um cumprimento especial ao Deputado Reginaldo Lopes e ao Deputado Delegado Edson Moreira, que hoje nos visitam aqui em Goiás, trazendo esse debate importante da CPI que investiga a violência contra os nossos jovens, especificamente os jovens negros e pobres. Esse é um debate importante, como o Deputado Reginaldo disse na sua introdução, ao mostrar a sua importância.

E hoje nós estamos felizes por recebê-los dentro desse formato, que terá, num primeiro momento, pela manhã, essa visita a Aparecida de Goiânia, dando-nos a oportunidade de, numa diligência, ouvir alguns depoimentos. Aqui não é uma audiência ainda. Nós teremos à tarde, às 14h30min, na Assembleia Legislativa de Goiânia, uma audiência pública, quando faremos um debate mais aprofundado sobre o tema. Mas achamos importante, como o Deputado Reginaldo Lopes colocou, que esta CPI faça essa dinâmica de, além realizar a audiência oficial, ter um momento para ouvir a comunidade e representantes.

Então, eu queria saudar os representantes das entidades que estão aqui, seja do poder público, da Prefeitura Municipal, das superintendências, das diretorias, mas



também do movimento popular, a Pastoral da Juventude, o José Eduardo, que está representando as entidades do movimento negro. Estão aqui várias representações e lideranças que se dispuseram a fazer alguns depoimentos sobre a sua realidade.

Esse é o nosso objetivo aqui de maneira objetiva:, pela manhã, vamos ouvir os depoimentos de algumas pessoas que queiram falar sobre essa temática, E convidamos todos para, à tarde, comparecerem à audiência pública, quando faremos um debate mais aprofundado sobre a questão.

Então, sejam todos bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Rubens Otoni.

Hoje o Deputado Rubens Otoni faz parte da nossa CPI e está responsável pelo diagnóstico, estatística, levantamento de casos não elucidados e também de proposições legislativas para o término dos nossos trabalhos.

Eu tenho assumido o compromisso de que nós vamos voltar com os relatórios preliminares, se o prazo da CPI for renovado, ou os projetos que estarão em tramitação no Legislativo, mas que iremos democratizar antes da sua apreciação em Plenário. Então, com certeza, o Deputado Rubens Otoni vai convidá-los para debater os encaminhamentos finais da nossa CPI ou, então, a apreciação dos projetos antes de chegarem ao Plenário.

Vamos buscar ouvir o máximo quem sempre denunciou essa violência em relação aos jovens negros e pobres, que são os vários movimentos da sociedade civil que trabalham essa temática.

Quero passar a palavra ao nosso membro, Deputado Delegado Edson Moreira, que tem feito um belíssimo trabalho, indo a todas as Secretarias de Segurança, solicitando os dados, as estatísticas e conversando com os delegados-chefes da Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Bom dia a todas e a todos.

A legislação brasileira é diferente, é uma legislação paternalista, muito paternalista. Por exemplo, o crime de homicídio prescreve em 20 anos. Então, como estava falando aqui o Deputado Reginaldo Lopes, há homicídios que ocorreram há 30 anos que ninguém mais vai investigar, porque ninguém vai ser punido.



Então, o crime já prescreve em 20 anos, embora a Constituição diga que os crimes hediondos — e o homicídio qualificado é um crime hediondo — são imprescritíveis. Mas até ser julgado e considerado crime hediondo ou homicídio qualificado, já se passou o tempo, o pessoal já colocou tudo na prateleira ou no armário.

Eu conversei muito com as polícias brasileiras. Falta realmente estrutura à Polícia Judiciária. Os institutos de perícia, os institutos médico legais são muito precários. Não há investimento na Polícia Judiciária. O Governo prefere investir mais na polícia ostensiva porque ela aparece e tem farda, e deixa de investir na polícia investigativa, que é, na realidade, a que tira de circulação o agente criminoso, quem realmente faz a maior prevenção, porque, quando se prende um criminoso contumaz, se evitam crimes futuros. Mas as pessoas pensam no imediatismo. Às vezes, elas têm que rever isso, e não é fácil.

Então, nós precisamos fazer uma revisão na legislação brasileira. Eu vou fazer parte da Comissão que vai analisar o Código de Processo Penal, que deve ser instalada no segundo semestre. Nós vamos procurar atualizar o CPP, a lei adjetiva, o que é fundamental. A lei objetiva é o Código Penal. Nós precisamos rever certos conceitos. Por exemplo, falou-se aqui do ciclo completo. A polícia que quer fazer o ciclo completo... Têm que se unificarem as duas polícias, para engrossar a força investigativa e ter um estudo muito bom sobre prevenção, que é a principal política. É mais fácil prevenir do que reprimir.

Sou a favor da unificação. Sou a favor do ciclo completo desde que a polícia seja unificada. Por quê? O policial que está lá conhece todo o pessoal do bairro que frequenta a praça, vai levar informações para o investigador e também para a polícia preventiva sobre como agir e sobre quem são as pessoas que estão agindo ali, o *modus operandi* delas.

Eu sou totalmente a favor do que disse o Deputado Reginaldo Lopes, de uma política única no âmbito de União, Estados e Municípios. Não pode ser só o Estado ou só o Município fazendo segurança pública. Todos têm o dever, a obrigação de fazer, e tem que haver investimento maciço. Ninguém investe em segurança pública. Só nos últimos tempos é que começaram a se preocupar, porque a sensação interna do cidadão não era vista. Mas quem sente é o cidadão que está andando na rua.



Ontem eu estava observando um programa de pegadinhas e vi como a população anda assustada. (*Riso.*) Próximo a um cemitério uma pessoa estava vestida de branco e levitava. Quem passava por ali saía correndo ao ver aquilo. Todo mundo que passava por ali ficava com medo. Num programa de pegadinhas, a gente vê como a população anda totalmente assustada. O medo é tanto que um saiu num pinote que precisam ver! Ele ganha os 100 metros rasos...

Esta CPI, esta ideia brilhante do Deputado Reginaldo vai realmente abrir a visão nacional sobre segurança pública, principalmente sobre a morte de jovens, independentemente da cor, e está abrindo a mente de todos para essas mortes, para esses assassinatos.

Já em 2003, quando defendi uma tese na Universidade Federal de Minas Gerais, eu disse que a maioria das mortes, dos assassinatos, é de jovens entre 16 e 29 anos — a onda jovem. Por quê? Ausência do Estado no morro. O Estado só sobe o morro, só vai à favela com a polícia, não leva saúde, num mutirão, não leva alimentos básicos, não leva energia elétrica de qualidade. A polícia vai e faz o quê? Reprime, e aí fica mal vista. Só vai ao morro a polícia; só entra no morro a polícia. É isso que a gente precisa mudar.

Quanto à política de drogas, foi criada uma CPI também. Quer dizer, existe a visão. O que acontece na realidade? A pessoa, para sustentar o vício, vai comercializar. E comercializar, segundo o art. 33 da Lei nº 11.343, de 2006, é crime de tráfico. O que acontece? A pessoa é punida como traficante. O que nós temos que fazer? Mudar o art. 28 da Lei 11.343/06, que praticamente liberou a droga. Por exemplo, vamos transformar a pena de detenção em internação compulsória — por que não? —, para fazer o tratamento daquele viciado. Tem que haver uma visão genérica da legislação brasileira, que é muito paternalista. Ela vê os efeitos imediatos, não vê a longo prazo. Temos que ver a longo prazo esta grande realidade, a ponto de, como ele disse, o comerciante...

Nós prendemos, uma vez, um motoqueiro. Ele fazia entregas com a moto. Para sustentar o vício do *crack*, fazia entregas para os traficantes. Nós pegamos 5 quilos de droga com ele e tivemos que autuá-lo como traficante. O que aconteceu? À noite sofreu com a síndrome de abstinência: começou a correr e a bater a cabeça na parede e na grade, tamanha a abstinência por falta da droga. O que tivemos que



fazer? Amarrá-lo dentro da cadeia e medicá-lo, até que acabasse aquela síndrome. Essa síndrome é perigosa, pode até matar. A síndrome de abstinência é algo muito forte. Começa com delírios extremos, depois vai para a síndrome de abstinência. Com o alcoólatra isso também acontece. Uma vez vi um médico dar álcool, cachaça para um camarada que estava em abstinência profunda, à beira da morte. Ele não tinha mais jeito, a única medicação dele tinha que ser a cachaça. E por aí vai.

A gente vai achar saídas aqui, tenho certeza, com o Deputado Reginaldo Lopes, porque as propostas são boas, embora com algumas eu não concorde. A gente tem que debater, melhorar, chegar a um ponto comum e ir em frente, e principalmente lutar pela redução da maioridade penal — está aqui uma reportagem semanal —, e também rever o Estatuto do Desarmamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu tenho brincado com o Deputado Delegado Edson Moreira: até o final da CPI eu o convenço a não votar pela redução. (*Riso.*)

Eu passo a palavra à Sra. Sandra Regina Martins, Diretora de Igualdade Racial do Município de Aparecida de Goiânia.

A SRA. SANDRA REGINA MARTINS - Bom dia a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar a Mesa, o Deputado Delegado Edson Moreira, a Secretária Ana Rita de Castro, os Deputados Reginaldo Lopes e Rubens Otoni e o plenário, na pessoa do meu amigo José Eduardo Silva, que há muito tempo faz um trabalho conosco de briga, de luta, de guerra para não deixar chegar a este índice tão alto de mortalidade da juventude.

Em Aparecida de Goiânia nós somos, no *ranking* nacional, o sétimo Município no *Mapa da Violência* da juventude. O sétimo, gente, do Brasil todo! Por que esse índice tão alto? Porque a maioria do Município é composta por jovens e negros, numa população de quase 80% de negros, que moram na periferia. Mas nós estamos tentando fazer a diferença com o Plano Juventude Viva, com programas sociais, com a inserção da juventude nos CEUs — Centros de Artes e Esportes Unificados, que estão sendo implantados no Município.

Estamos tentando trazer a juventude para a sua cultura, e que seja uma cultura de paz. Estamos chamando as famílias para essa cultura. Por quê? Vamos



pensar: por que esses jovens morrem tanto? De que forma estão sendo criados? Por que eles matam? Por que morrem? Nós sabemos dos índices de mortalidades de jovens matando jovens nesse Município, da violência, do confronto policial, da quantidade de jovens que morrem no confronto policial, da quantidade de jovens que morrem nos confrontos do dia a dia — um jovem não pode olhar para o outro que está com um boné que não é igual ao dele que vai matá-lo porque não gostou do boné. Quer dizer, a morte virou uma coisa banal.

Esse trabalho nosso do Juventude Viva e dos CEUs é para tentar dizer a esses jovens: “*Não! Não é assim. A cultura de paz é uma outra história.*” Pregam, colocam nos seus bonés “Cultura de Paz”, mas quando chega ali na esquina, matam o outro porque não gostaram da cor do boné.

Com o Juventude Viva, estamos tentando fazer a diferença, nosso Prefeito está tentando fazer essa diferença, para que no ano que vem estejamos em 20º, 25º lugar nesse *ranking*, ou nem estejamos nele.

Muito obrigada a todos e sejam bem-vindos. Espero que a CPI faça toda a diferença no nosso Município.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra à Sra. Ana Rita de Castro, Secretária Municipal de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Goiânia, Goiás.

A SRA. ANA RITA DE CASTRO - Bom dia a todas e a todos.

Eu quero fazer um cumprimento especial ao Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes, aos Deputados Delegado Edson Moreira e Rubens Otoni e à querida Sandra Regina Martins, Diretora de Igualdade Racial do Município de Aparecida de Goiânia.

Estou aqui representando a Superintendência de Igualdade Racial e a Secretaria de Direitos Humanos do Município de Goiânia.

Hoje, para mim, é um dos dias mais importantes da minha vida. Por isso, eu quero começar agradecendo ao Deputado Reginaldo Lopes ter acatado nossa solicitação de trazer esta diligência a Goiás. Desde que procuramos a SEPPIR, da Presidência da República, a assessoria parlamentar, para trazê-la, conversamos com o Deputado Federal Rubens Otoni, que de pronto se colocou à disposição para



fazer essa articulação em Brasília, e com nossa Deputada Erika Kokay, do Distrito Federal, uma grande interlocutora para que nós chegássemos a esta diligência.

Os números são indicadores da realidade cruel que vivemos em Goiás. Aqui temos pessoas da Pastoral da Juventude do Meio Popular, de Diva, grande liderança de Aparecida de Goiânia, do pessoal da Universidade Federal, do LAGENTE e de lideranças comunitárias que já foram citadas e que cotidianamente vivenciam, são testemunhas da crueldade que a juventude goiana vive.

Eu estou extremamente emocionada, desde quarta-feira, quando soube que a CPI vinha para cá, porque nós convivemos aqui com toda a ordem de problemas, e não temos a quem recorrer. Nós convivemos aqui, Deputados, com a realidade de aliciamento dos nossos jovens e adolescentes para o crime, e esse aliciamento conta com a presença de agentes da segurança pública; nós convivemos aqui com as famílias desses jovens que foram aliciados sendo ameaçadas, silenciadas, porque não podem procurar a Corregedoria.

Eu fui, ao longo desses 2 anos, Secretária de Igualdade Racial e convivi com pessoas de diversos bairros. Este dia, para mim, é importante, porque é o dia em que posso falar para autoridades competentes aquilo que me foi dito durante anos no meu exercício profissional como professora, na minha ação como assessora da Pastoral da Juventude do Meio Popular e como Secretária de Igualdade Racial que desenvolveu ações por toda a Goiânia.

Para mim, era muito difícil ouvir relatos de mães que perderam seus filhos e não tinham a quem recorrer. Mães como D. Sebastiana, cujo filho cometeu furto e subiu em cima de uma árvore, e a polícia, para tirá-lo de lá, atirou e matou aquele jovem de 16 anos. Quando ela foi procurar a Corregedoria, disseram: *“A senhora tem outros filhos. A senhora tem um marido e a senhora tem a sua própria vida. A senhora quer denunciar? Nós não podemos lhe dar proteção.”*

Essa mulher carrega essa dor e essa amargura porque se sente impotente, porque sabe que devia denunciar aquele abuso daquela autoridade que devia estar ali para proteger a sociedade. E ela me disse mais, Deputado Reginaldo, num depoimento que é uma síntese de depoimento de várias mães que conversaram comigo:



“Eu, aos 13, 14 anos, perdi o controle do meu filho, que não me respeitava mais, que não me obedecia mais, mas eu precisava de ajuda como mãe, como família. Eu precisava que a Polícia, quando pegasse o meu filho aos 13, 14 anos andando sozinho com outros colegas pela rua, eu precisava que o meu filho fosse levado para a DEPAI, eu precisava que o meu filho fosse levado para casa. Mas esse menino, ele não recebeu essa ajuda das autoridades competentes, porque a Polícia quando pega os jovens menores de idade pelas ruas não levam para a delegacia da criança e adolescente, nem levam para as suas casas.”

Então, é uma questão que nós precisamos investigar.

Eu convivo com relatos de mães que dizem assim: *“O meu filho foi aliciado para as drogas e passou a ser consumidor e pequeno vendedor”*. E os grandes vendedores? Eu não sei quem repassa a droga para esses meninos. Quem repassa? É um adulto. Aí acontece o círculo vicioso constante de esses jovens serem extorquidos por agentes da segurança para não serem presos. Eu conheço famílias em que todo o mundo tem empréstimo no banco para conseguir pagar a propina, para que não seja preso, para que não seja morto.

Eu quero trazer aqui também a realidade das mães que são violentadas pelos agentes de segurança, porque a polícia adentra a casa delas muitas vezes para prender, extorquir. Elas são também violentadas física e verbalmente, e não têm onde fazer suas denúncias, porque na Corregedoria está também a Polícia Militar.

Então, a sociedade fica refém de uma situação altamente complexa.

Eu quero trazer outra realidade, a realidade dos espaços onde crianças e adolescentes cumprem as medidas socioeducativas, espaços também viciados, também corrompidos, a que precisamos dar atenção especial. Eu quero trazer aqui a preocupação de que forma...

Eu acho que haveria vários enfoques que poderíamos dar a essa questão da violência contra jovens, mas quero trazer a preocupação com o racismo institucional, esse racismo que legaliza a ação truculenta de agentes de segurança pública, mas



também de agentes de saúde, de educação, que criminaliza cotidianamente a juventude negra no Estado.

Quando professora, um dia, chegando à escola, vejo a Polícia batendo em uma pessoa que eu achei que fosse um popular. Quando me aproximo, vejo que era aluno meu da escola. Ele estava do lado de fora da sala, saiu da escola e apanhou da Polícia. É uma ação! Eu quero trazer também o caso de um menino de 16 anos que foi baleado e levado mais ou menos às 11 horas da noite para o hospital. Ele chegou ao HUGO — Hospital de Urgências de Goiânia por volta da meia-noite, conversando, dando sinais de que poderia se recuperar. Esse menino morreu às 7 horas da manhã, Deputado Rubens Otoni, sem ter tido daquele hospital nenhum atendimento. Ou seja, eles atenderam o menino, colocaram porta adentro, mas deixaram aquele menino negro, pobre, de 16 anos, morrer sem ter tido nenhum atendimento.

A nossa situação é altamente complexa, difícil, cruel, porque nossos jovens, que precisam ter acesso às políticas públicas, quando de alguma forma cometem atos de infração, menores em sua maioria, não têm a oportunidade, Deputado Edson, de reaprender, de mudar seus atos, como diziam milhares, centenas de mães que conversaram comigo: *“O meu filho estava arrependido e queria mudar, mas ele não teve tempo”*. Eles não tiveram tempo porque nós instituímos no País a pena de morte para os jovens negros e pobres.

À tarde vou fazer outros relatos e depoimentos, mas já quero registrar aqui, porque essa é a realidade também de Aparecida de Goiânia, uma realidade cruel, uma cidade que é uma grande periferia. Eu tenho muita esperança de que esta CPI consiga responder minimamente as nossas angústias, em função desta realidade que todos os dias nos assombra com relatos, relatos e relatos.

Por último eu quero falar da falta de investigação desses casos, porque não são investigados, estão impunes. Aí as hipóteses são: *“Não, mas quem matou? Foi outro jovem”*. Se foi outro jovem, nós queremos saber; se não foi, nós queremos saber. Nós queremos saber quem está aliciando nossos jovens e repassando droga para eles.

Eu quero trazer aqui, para encerrar mesmo, a vitimização de jovens negros e pobres que não têm nenhum envolvimento com o tráfico, mas que, por morarem em



um território violento, são também criminalizados sem terem nenhum envolvimento com atos ilícitos. Eu não posso dizer que isso é mais ou menos doloroso, porque para uma mãe perder um filho, seja ele menor infrator, criminoso ou pessoa que não tem nenhum envolvimento com ato ilícito... Mas ele é abordado de forma violenta, humilhado e assassinado, como é o caso do jovem Marcelo que morreu aqui, como é o caso do Filho de Santo da Mãe Tereza de Omolu, que foi assassinado recentemente em Aparecida de Goiânia. Não tinha nenhum envolvimento com atos ilícitos, e mesmo assim foi morto.

Essa é a nossa realidade. Eu quero reiterar minha esperança nesta CPI, porque nós não podemos mais continuar convivendo com esta realidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Ana Rita, pelos depoimentos que, com certeza, serão investigados pela CPI e entrarão nos nossos encaminhamentos.

Você falou algumas coisas importantes: que a CPI tem trabalhado. Sempre há o debate se existe ou não no Brasil genocídio de jovens negros e pobres. É evidente que não concluímos isso na CPI. Alguns Deputados acham quem sim, outros acham que não; alguns Deputados acham que os que morrem são jovens, outros têm convicção de que são jovens negros e pobres; alguns acham que é extermínio, outros acham que chega a ser genocídio. Eu sou da linha que acha que é genocídio, mas porque às vezes a gente quer definir genocídio como se fosse só a partir das mortes físicas. As mortes físicas, as mortes dos jovens negros e pobres, o desaparecimento e a violência, os dados são estarrecedores.

Existe a outra morte, a morte simbólica, quando o Estado não universaliza as oportunidades. Basta pegar a lei que extinguiu o trabalho escravo no Brasil, que só tem um artigo: extingue o trabalho escravo no Brasil. Ponto. Os imigrantes chegaram aqui e 2 anos depois tiveram todos os direitos — cidadania, trabalho, escola. E os negros foram abandonados. Então, é evidente que o Brasil fez uma morte simbólica dos negros. Se a gente comparar o nível dos empregos dos brancos e dos negros, o salário, o nível de qualidade de moradia, a ocupação educacional... São itens fundamentais, políticas públicas fundamentais — educação, moradia, trabalho.



Nesse sentido, o Estado brasileiro, que deveria ser o primeiro a chegar à vida dos nossos jovens, é o último. A única presença do Estado em algumas comunidades são as forças de segurança. Então, é evidente que nós invertemos a lógica. Nós temos esta tarefa: dar visibilidade a este tema e ao mesmo tempo buscar soluções para o futuro, porque a cada dia matamos mais de 60 jovens negros e pobres; a cada 2 horas, ao término desta reunião, já foram mortos mais seis jovens.

É evidente que não é fácil enfrentar o problema, é complexo, é multicausal, como a gente costuma dizer. Mas a sociedade brasileira é capaz, o Estado brasileiro tem que ser capaz de enfrentar esse problema.

Passo a palavra ao Sr. Edson Ferreira, representante da Associação Quilombola Jardim Cascata.

Eu tenho uma lista de inscritos. Quem desejar fazer uso da palavra poderá garantir a inscrição aqui.

O SR. EDSON FERREIRA - Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é Edson Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sr. Edson, nós não combinamos tempo. Vamos fazê-lo em 5 minutos?

O SR. EDSON FERREIRA - Tem muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tudo bem. Vamos ter um pouco de tolerância. Se começar a apertar nosso horário por causa da próxima pauta... Vamos estabelecer mais tempo, mas, se pudermos, vamos fazer em 5 minutos.

O SR. EDSON FERREIRA - Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é Edson Ferreira, sou de uma comunidade quilombola de Aparecida de Goiânia.

Quando se fala de jovens negros no Brasil, fala-se deste Estatuto da Igualdade Racial. Dentro dele eu carrego a minha identidade. Ele foi criado para a nossa defesa. Se fôssemos iguais, não precisaríamos dele. Quando eu ando na rua, tenho medo de ser negro. É a realidade. No Brasil de hoje tenho medo de ser negro. Você vê os índices, Deputado Rubens Otoni, e eles nos causam medo, Deputado Delegado Edson Moreira, de Minas Gerais. Causa medo na gente ser negro.



Isto aqui não tem sido válido. Durou quantos anos para ser feito? Por quantos anos esta Nação brasileira, esta bandeira bonita aqui, tem me dito que eu sou brasileiro? Eu sou brasileiro, Deputado. Eu venho do Quilombo do Ambrósio, fundado em 1559, em Minas Gerais. Lá minha família, meus antepassados foram dizimados. De lá viemos para Goiás, carregando as bandeiras com os bandeirantes. Viemos para Goiás, escravizados. A minha família é de escravos. Para quem não sabe, no nosso quilombo...

Este é o índice de Aparecida de Goiânia. Eu vou falar agora de Aparecida de Goiânia, cidade da qual faço parte. De 2003 para cá, em relação a jovens como eu, a morte no meu bairro virou moda: preto, pobre, favelado? Chuta na vala. Eu tenho medo de ser negro aqui.

A indignação não é só da senhora. Eu também fiquei doido: *“Vou lá dar o meu testemunho, porque é difícil”*. Este Estatuto está sendo bulido. É a Constituição Federal. Vocês lutaram, eu votei. Está aqui este Estatuto que me garante o direito legal de ir e vir. Quem o lê, lê a Bíblia do negro, porque, se você não a tiver, irmã, vai sofrer.

Deputado, vou fazer uns relatos para esta plenária e dizer que amanhã não sei se vou estar vivo, porque, infelizmente, não é só a nossa... Fala da Polícia, fala das abordagens. Aqui em Aparecida, em vez de trazerem mais um instituto destes aqui, estão trazendo mais um presídio. Sabe por quê, Deputado? Estão esperando nossas criancinhas crescerem e irem para lá, porque é mais fácil. É mais difícil educar. É mais difícil educar! Eu tenho três filhos homens. Eu peço a eles todo dia: *“Não se envolva. Cuidado, meu filho. Anda direito, anda com a cabeça erguida; leia bastante, leia bastante; conheça seus direitos.”* O meu filho de 13 anos já conhece este Estatuto, porque lá em casa é regra. Se não conhecer, vai penar.

Outra coisa, eu perdi dois primos numa chacina. Às 11 horas da noite, no Jardim Tiradentes — para quem conhece aqui — dois negros morrem numa esquina. A Superintendente da Igualdade Racial, Marta Ivone, Sandra está aqui, nossa amiga também de luta. Conheço a maioria que está aqui. São militantes. Zé Eduardo, todo mundo sabe, foi assassinado. Cadê a resposta? Deputado, cadê a resposta dos assassinatos? Quem os matou? *“Ah, jovens envolvidos com drogas!”* Dois irmãos, num bar, no Jardim Tiradentes, um dos mais violentos. Há um militar



aqui e sabe que é um dos mais violentos da nossa região, além de outros também. Na semana passada morreu outro, negro também; dias para trás morreu uma jovem, mulher, assassinada por outro jovem. Está virando moda nesse Município matar jovens, negros, pobres, favelados e quilombolas.

Moro na região, sou defendido pela Constituição Federal. Na nossa região temos uma comunidade quilombola. Quando era para serem construídas umas casas, foram construídas em outro bairro, porque o nosso não teria condição de ser contemplado por falta de espaço. Nós sofremos preconceitos raciais: *“Aquele bando de preto.”* Preto, não! É pejorativo. Houve várias manifestações pejorativas que não vou dizer, porque me machuca só de falar.

Então, é fácil você pegar pessoa desinformada, pensar que lá tem pessoa desinformada. Aí está mexendo com meu ego. Eu estudo. Sabe por quê? Porque não quero ser só mais um. Deputado Rubens Otoni, Deputados, ser negro nesse Município tem sido uma tarefa muito difícil. É olhado com discriminação. Você chega à escola, cadê as PECs? As escolas dos Municípios têm estudado essas questões raciais? As nossas cotas não têm sido respeitadas, Deputado. Os nossos direitos têm sido bulidos todos os dias.

A sociedade brasileira nos deve — nos deve! Não é um favor que estão prestando à gente, não, porque quando chegou a abolição, eles não nos disseram assim: *“Olha, vocês vão entrar pela porta da frente e vão estudar”*. A sociedade brasileira nos deve. É um direito adquirido de dever. Eles nos devem. Eles têm que nos devolver: eles têm que devolver as nossas terras; eles têm que devolver os nossos direitos legais, porque foram roubados da gente no passado. Esta bandeira aqui fala muito. O Hino Nacional brasileiro fala. Eles nos devem, e nós queremos de volta o que é nosso. Eu tenho certeza de que cada negro representado aqui, cada cidadão sabe que é difícil ser negro neste País.

Eu faço parte de um projeto. Eu fiz um projeto de vida para mim. Eu disse: *“Olha, eu vou ter que estudar”*. Você acha que nunca fui assediado por traficante, Deputado? Todo dia! É mais fácil ser traficante no Município do que trabalhar numa empresa no polo industrial, porque lá é cheio de preconceito. Você acha que o empresário vai olhar para mim, naquele polo industrial, e dizer: *“Poxa, você entrega o currículo. Te chamo amanhã”*. Aí, amanhã passa, depois passa, depois passa,



depois passa e assim por diante. A opção do negro na favela, Deputado, nos bairros pobres, e falo em nome de todos lá do meu bairro, sabe qual é? Ou entra para o tráfico de drogas ou as meninas viram prostitutas. Elas são assediadas todos os dias porque têm corpinho bonitinho. É mais fácil virar garota de programa do que trabalhar numa empresa aqui.

Aí eu digo para os Srs. Deputados aqui presentes: a lei existe, eu quero que o senhor, Deputado Rubens Otoni, que representa nosso Estado, comece a observar como essas empresas nos tratam. Isso eu digo como cidadão, trabalhador, como profissional do Estado. Há 38 anos contribuo com o Município todo mês pagando meus impostos. Eu tenho pagado. Este mês paguei IPTU. Então, quero que seja validado. O respeito que a sociedade tem dado para o pobre negro é muito pouco.

Na nossa comunidade quilombola fizeram um centro social. Está parada uma parte. Disseram o seguinte: “O Governo Federal mandou uma verba para que construa nosso...” Fizeram as casas. Agora o centro social nosso não pode ser dentro da nossa comunidade, não. Como vamos cultuar daqui? Vou de novo à Constituição Federal. Retiraram o centro de convivência do nosso centro social. Onde vamos cultuar nossas religiões de matriz africana? Onde vamos fazer nossas danças africanas? Onde? No ginásio de esportes não vão aceitar.

Sr. Deputado Rubens Otoni. Este Estatuto tem tentado nos enganar, tem tentado nos bulir. Mas hoje existe inteligência. Se eles tirarem, vamos ao Ministério Público. Existem promotores, juízes. Não somos só nós, lá são 380 pessoas cadastradas. Vou dizer o seguinte: vamos todos ao Ministério Público para manter a ação no Município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sr. Edson Ferreira, conclua.

O SR. EDSON FERREIRA - Obrigado.

Digo aos senhores da minha indignação de ser negro nesse Município. Aqui tenho medo de ser negro. Esta é a minha última fala, porque é perigoso.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A próxima oradora é a Sra. Any Patrícia Borba, Assistente Social da CEMADIPE — Centro de Educação Infantil Marista Divino Pai Eterno, nos Conjuntos Habitacionais Madre Germana.



A SRA. ANY PATRÍCIA BORBA - Bom dia.

Sou assistente social de formação e profissão e trabalho no Bairro Madre Germana como assistente social há 9 anos. Vou falar um pouco da experiência que tenho como assistente social numa região de periferia, e trago números para ilustrar os dados, pelo menos de um bairro, que são bem próximos do que você trouxe.

Neste ano ainda não tive tempo de fazer esses levantamentos. Mas no ano passado, 82% das crianças atendidas no Centro de Educação Infantil Marista Divino Pai Eterno — CEMADIPE, no Madre Germana, são negras. Oitenta e dois por cento! Desses 82%, 94% das crianças são beneficiárias do Bolsa Família. Nós atendemos um universo de 424 crianças de 4 e 5 anos e de 180 adolescentes. Esse é o universo que tem essa porcentagem.

O CEMADIPE, há um tempo, atendia 800 adolescentes de 9 a 17 anos, com atividade socioeducativas — arte, educação, cultura, apoio pedagógico. Por conta do marco legal, a Lei nº 12.101, de 2009, cujo fim é investir o dinheiro da filantropia na sua área de atuação, deixamos de atender 320 adolescentes. Nesse mesmo ano, 2010, de janeiro a junho, cinco adolescentes foram assassinados no bairro. Eram cinco estudantes do Centro de Educação Infantil Marista Divino Pai Eterno, que deixaram de fazer as atividades socioeducativas e que o Estado não assumiu naquele mesmo ano. Cada morte era um pedacinho do nosso sonho que ia embora.

Aproveito estar na frente de Deputados para pedir mais uma vez a revisão da Lei 12.101/09, que institui a filantropia. Está certo, tem que regulamentar mesmo, porque existem filantropias e filantropias. Mas uma filantropia que se dispõe a fazer trabalho socioeducativo, no caso, uma instituição marista de educação, não pode investir em assistência social.

Se nós tivéssemos, como proposto na Lei 12.101/09 no início, 25% para outra área de atuação, continuaríamos com os 800 meninos na instituição. Quando se diminuíram esses 25%, ou que só podemos usar esses 25%, da assistência aos estudantes, tivemos de parar de atender. A justificativa que o Estado dá é que os CRAS — Centro de Referência de Assistência Social atendem os socioeducativos.

Nós moramos em Aparecida de Goiânia. Naquela região, o CRAS mais próximo é do Garavelo e não atende aos meninos do Madre Germana. Então, atividades socioeducativas naquele bairro, naquela região, não existem. São dados



que eu trago e ilustram muito onde e para que esse meninos estão vivendo, como eles estão vivendo.

Nós estamos passando, naquele bairro, por um momento... Eu comungo com a fala da Secretária de que os agentes de... Eu prefiro dizer de opressão, não de defesa. Eles conseguem manter o fluxo do tráfico de drogas como se fosse realmente uma empresa. Eu vejo ali crianças, Secretária, não são adolescentes, mas crianças de 10 anos que são atendidas pela escola que falam que trabalham nas bocas entregando drogas. São crianças de 10 anos! Com a PEC 171, vão acabar sendo presas antes mesmo de poderem ter uma nova expectativa de vida.

Eu penso que nós estarmos discutindo a mortalidade, o assassinato de jovens neste Município, neste País, neste Estado, é um momento de discutir também a PEC 171, porque esses meninos e meninas que são assassinados, negros, pobres, porque é essa a realidade da juventude das periferias, hoje eles morrem, em média, se nós formos olhar a estatística, a partir dos 14 anos, quando ocorre o número maior de assassinatos. Com a redução da maioridade penal, nós vamos ter um genocídio de crianças, porque elas serão aliciadas, já estão sendo aliciadas ainda muito mais jovens.

Quando eu vejo esta revista triste que o senhor trouxe, vejo que a sociedade brasileira está fazendo uma análise legal pela exceção e fazendo uma regra. Os assassinatos cometidos por adolescentes, em São Paulo, chegam a 3%; no Brasil, não chegam a 2%. E nós vamos fazer uma regra pela exceção? Eu estou falando dos crimes hediondos, que é o que vocês usam. Isso é em todos os crimes, contra patrimônio e homicídios. Quando se fala em hediondos, esses crimes não chegam a 3%. São dados reais. E aí nós vamos mudar uma regra por conta das exceções? Enquanto isso, o SINASE nunca foi instituído neste País. O ECA nunca foi respeitado. Se fosse, lá no Madre Germana não teriam morridos os adolescentes com o fim do socioeducativo, porque o Estado estaria lá, fazendo arte, cultura, teria espaço para discussão política. Esses meninos e meninas teriam pelo menos um campo de futebol para jogar bola. Isso eles não têm. O espaço desses jovens é reduzido a quase nada.



Eu pergunto para quem é de Aparecida, exceto Vera Cruz, onde foi feita uma praça agora. Onde existe um espaço de cultura para a juventude neste Município de Aparecida? O Parque Flamboyant é na cidade de Vera Cruz.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos falar ao microfone, porque existem notas taquigráficas, tudo está sendo gravado. Então, quando alguém for fazer um aparte, que nem é muito permitido, que fale ao microfone.

A SRA. ANY PATRÍCIA BORBA - Nós não temos espaço para essa juventude. As escolas, lá no Madre Germana — vou falar do espaço em que vivo —, a escola estadual é de placa e telha de amianto. À tarde, é insuportável ficar lá dentro. A quadra não é coberta. Os meninos e meninas precisam ficar num espaço que caberia 40 pessoas, mas ficam 60 pessoas dentro de uma sala, porque ainda não temos escola municipal, está em construção, construção essa que já ocorre há um tempo, e a discussão veio porque a população começou a discutir como vamos fazer. A única escola é o CEMADIPE, que atende crianças de 4 e 5 anos. Ao fazer o primeiro ano, elas não tinham para onde ir. Tinham que ir para os bairros vizinhos, ferindo outro estatuto, que é o ECA, ferindo outro direito, que é a educação. Posto de saúde? Temos um, muito bem estruturado, mas o atendimento não condiz com a beleza do prédio.

As políticas públicas estão sendo esquecidas não só em Aparecida. Eu acho que isso ocorre em todo o Brasil. O que nós vamos dizer de um país que estabeleceu a educação para o trabalho em 1934 e que estabeleceu a primazia da educação infantil para crianças de 0 a 5 anos em 2013? Como podemos analisar isso? Nós vemos que a importância da infância não existe, está começando, está galgando, e nós somos agentes para validar isso. Os jovens são assassinados, em sua maioria negros, porque os negros deste País são maioria. Então, em maioria serão assassinados, e em maioria são pobres.

Enquanto professora da PUC, eu orientei um trabalho de final de curso de um rapaz lá da sua Secretaria, o Almir. Vou dar os créditos a ele porque a pesquisa foi só orientada por mim, mas foi ele quem a fez. Nas discussões para execução dessa monografia, nós dizíamos que o Brasil é preconceituoso, sim, mas que o preconceito



maior não é pela cor da pele, mas sim pela questão social. O Brasil é preconceituoso com o pobre, e o negro nasceu pobre neste País. Ele foi colocado à margem social, e é por isso que ele é maioria. Mas, se o negro tem grana, ele é respeitado, até mais bem tratado no sistema socioeducativo, que é o objeto de estudo do Almir: o sistema socioeducativo em meio aberto. Mas o negro pobre não é visto como gente. Então, o que não é gente pode ser esmagado.

Nós precisamos mudar o nosso discurso referente ao preconceito, porque ele existe sim. E é um preconceito de cor, é um preconceito social, é um preconceito religioso, que talvez seja até mais perigoso. O negro tem suas origens, e elas precisam ser respeitadas. Eu não preciso comungar da sua cultura, mas eu preciso respeitá-la, e só por ele ter uma cultura diferente, ele já é objeto do meu preconceito, para mim ele já não tem importância.

Os meninos e meninas de 9, 10, 11, 12 anos que estão sendo aliciados pelo tráfico de drogas no Bairro Madre Germana são todos negros — todos! —, e eles falam com tanta naturalidade do uso de drogas e da venda dessas drogas, que chego a me assustar, mas é isso que eles vivem. Eles vivem a realidade natural da venda e do consumo das drogas. E nós vamos fazer o quê? Deixá-los serem assassinados por essa lógica ilógica do preconceito e da morte?

Precisamos fazer com que o ECA seja utilizado, com que ele seja mesmo efetivado, senão o extermínio de jovens vai continuar por um grande tempo, e nós não vamos fazer nada, nada, como continuamos não fazendo.

Que esta CPI tenha realmente um pulso um pouco mais forte, que nós não tenhamos tantos meninos e meninas mortos simplesmente porque são diferentes, negros, *gays*, de religiões diferentes das postas pela bancada da bala, pela bancada da Bíblia, pela bancada do banco, do boi, essas coisas horríveis. Um país que tem uma bancada que se chama “bancada da bala” é nojento, não é?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Passo a palavra ao Redelson Tomaz, da Pastoral da Juventude, igual a mim, pejoteiro.

O SR. REDELSON TOMAZ - Bom dia às senhoras e aos senhores. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Rubens Otoni. Quero dizer que,



quando vimos o indicativo para receber esta Comissão aqui na nossa região, eu fui fazer algumas visitas — não é? —, e para vocês que não são daqui informo que esta é a região das chacinas. Nos últimos anos aconteceram várias chacinas aqui na nossa região, e nós tentamos ir atrás dessas pessoas para vir e dar depoimento.

Infelizmente, o terrorismo do Estado do coronel manda muito aqui ainda. E essas famílias têm medo de vir, até porque os casos não foram solucionados. Aí a solução que o Estado dá é: *“Estava envolvido com droga; então, merece morrer”*. Esse é um dado.

Eu acho que a CPI tinha que ter um olhar especial aqui para Goiás, porque é assim, quando ligamos a televisão: *“Morreram 15 em Aparecida de Goiânia”*. Rapidamente já se mostra o diagnóstico: estavam envolvidos com droga. Está bom. Mas essa vai ser a investigação final ou vão ser apurados os fatos reais? Só para vocês terem ideia, a cada dez homicídios, nove são de negros, aqui na nossa região. A população de Aparecida de Goiânia é 66% de negros. E aí eu acho que há um equívoco do Estado em achar que melhorar a segurança pública é comprar viatura. Eu acho que isso é um erro grandioso. Aqui é um espaço que pode ser fruto da resposta contra esse alto índice de violência: é investir em educação, em ação social, em cultura, não é? E nós precisamos fazer isso.

Eu vou trazer o seguinte caso de uma família que eu fui visitar: o pai trabalhador descobriu que o seu filho estava envolvido com droga. Ele investigou por conta própria e descobriu onde era a fonte, onde estavam vendendo essa droga para o filho dele. Ele foi à delegacia denunciar. A delegacia e a Polícia Militar, prontamente, foram lá e prenderam. Três dias depois, ao chegar a casa, ele foi assassinado: um Gol vermelho, com quatro pessoas, 9 horas da noite, num domingo; estava chegando da missa.

Um outro caso: uma mãe, também vindo da missa, ao chegar a casa, foi atender ao portão e foi baleada. Novamente era um Gol vermelho, com quatro pessoas. E aí, dessas famílias que eu citei, nenhuma mais está morando em Aparecida. Por medo, saíram daqui, por medo! Nós tentamos trazer pessoas para debater, mas, por medo, não quiseram vir. E respeitamos o direito, não é?

Então, eu acho que a CPI tem que nos ajudar no sentido de dizer primeiro ao Governo que esse sistema de segurança pública está falho. Não precisa se



preocupar em investir em armamento, em equipamento; é preciso investir no social e investigar esses casos aí. Só para vocês terem ideia, a Força Nacional esteve em Rio Verde, porque o Estado não estava dando conta de solucionar os problemas. E se vier aqui para Aparecida? Olha que temos bons policiais aqui que tentam ajudar, mas são barrados, não é?

Então, esse é um dos pontos. Eu fico muito feliz, porque esta CPI, para quem não conhece, é fruto da campanha contra o extermínio de jovens, que foi puxada pelas Pastorais de Juventude. Chegou um certo momento, semana passada, quando estávamos em São Paulo, em que dissemos: *“Olha, não há mais campanha; agora é uma bandeira de luta”*. Pelas pesquisas, eles já preveem para 2016 quantos jovens vão ser assassinados. O mapeamento já traz isso. Olha, em 2016, do jeito que está indo, vamos ter 36 mil jovens assassinados no Brasil! É praticamente a minha região; é como eu andar aqui na minha região e não encontrar um morador, daqui para 2016.

Então, fico muito feliz por esta Comissão. Espero, e esperamos muito, nós que estamos aqui na base, um resultado mais proativo dessas questões. Queria muito que o Secretário de Segurança Pública estivesse aqui. Não está, não é? Tomara que esteja à tarde, e aí à tarde eu tenho algumas colocações a fazer diante desse sistema de segurança pública do nosso Estado, porque há vários equívocos.

Aparecida de Goiânia tem um IML que está há 20 anos para ser inaugurado e não se termina, mas vai construir um presídio em 4 anos. Tem um CREDEQ que nunca se entrega, mas vai construir o presídio. Não há — e aí eu quero que alguém me ajude aqui — um investimento social do Governo Estadual em Aparecida.

Existe um CREDEQ que nunca é entregue, mas vão construir o presídio. Não há — e aí eu quero que alguém me ajude aqui — um investimento social do Governo Estadual em Aparecida. Existe aqui uma unidade do CAIC que era para se transformar em escola militar. Ai veio o pessoal e falou: *“Não, aqui não dá.”* E pegaram um colégio aqui do Pontal Sul, porque tinha uma estrutura melhor.

Não há um investimento — eu trabalho na área cultural — do Governo Estadual aqui. Se há investimento, é do Governo Federal e do Governo Municipal. Mas o Governo Estadual não investe aqui. Isso me preocupa muito, porque existem muitos grupos que lutam contra a violência, mas que estão ficando reféns desse



grupo de extermínio, como ele está sendo intitulado no Estado de Goiás, dessas pessoas que não querem ver essa juventude viva. Pelo contrário, elas querem ver essa juventude morta.

Infelizmente nós elegemos a bancada da bala aqui no Estado de Goiás, pessoas que foram para a campanha dizendo que eram a favor da redução da maioria penal, usando o senso comum e não puxando um debate mais aprofundando da questão. E nós ficamos reféns desse povo.

E aí vão jogando na mídia. Entristece-me muito a capa da *Veja*, que não sinaliza sinais de vida. Ultimamente ligamos a televisão e não vemos sinais de vida. Isso vai entristecendo a população, vai deixando a população no descrédito. Quem perde o seu ente querido não acredita mais numa solução.

Eu acho que é isso. Vou deixar mais a companheirada falar e vou me preparar para a tarde, porque quero questionar o Secretário de Segurança Pública do Estado. Tomara que ele vá! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

O próximo orador é o João Bernardino.

O SR. JOÃO BERNARDINO GONÇALVES NETO - Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar primeiro o plenário, na pessoa do meu companheiro e colega de trabalho, o Wilson, da segurança pública.

Eu sou o Bernardino, da saúde, e quero cumprimentar todos da Mesa na pessoa do Deputado Federal Rubens Otoni.

Tem coisa que a gente vem falar aqui de que, às vezes, as pessoas pensam: *“Mas essa pessoa que está falando aí não tem conhecimento.”* Eu trabalho há 20 anos em Aparecida. Há 3 anos eu estou trabalhando praticamente no Jardim Tiradentes, que tem uma situação bem próxima da situação da região de Madre Germana. Se nós sairmos daqui agora e dermos uma voltinha no Jardim Tiradentes, em frente ao ginásio que foi abandonado pelo Estado, nós vamos achar lá dez meninos e meninas entre 10 e 14 anos, todos eles usuários e traficantes de drogas. E em alguns deles nós vamos achar aquela pulseirinha interessante que se coloca no tornozelo.

E aí eu quero deixar algo mais para pensamento. Primeiro, eu tenho um garoto de 14 anos que está me dando um trabalho medonho, porque o menino não



pode trabalhar. Ele agora vai poder trabalhar porque tem uns pequenos programas, muito incipientes, do Governo Federal. Tem aí um para o menor jovem e um para o trabalhador do primeiro emprego que eu acho que são assim meio que piadinha. Como você não pode corrigir o seu filho? O meu não é muito rico nada, porque a gente vive daquilo que a gente produz no dia a dia, vive do nosso trabalho, não é Diva? E o meu filho é negro. Nossa! Eu morro de medo quando ele sai! Eu tenho medo porque, como o meu companheiro colocou, nós somos descendentes de escravos. O pessoal nosso veio lá da África. Nós nos estabelecemos em Minas, fomos para São Paulo e chegamos a Goiás.

A segurança pública é também outro tipo de piada. Com relação aos grupos de extermínio, eles não são investigados, ou, se são, a investigação não chega a nenhum termo. Eu estou falando de grupo de extermínio de grande escala, quando é gente grande matando gente grande de qualquer cor, independente da condição social.

Mas existe um extermínio institucional aqui no Estado de Goiás. O extermínio é institucionalizado pelo Estado quando ele não faz a contrapartida da saúde. O extermínio é institucionalizado quando se não se faz concurso público, pega 1.500 policiais e os coloca despreparados na rua e aumenta esse contingente. Ainda bem que o Ministério Público foi lá e barrou isso. E agora parece que o pessoal vai ter o direito de retornar, porque o cara que entrou lá despreparado e matou um monte de jovem negro e pobre não tem culpa. Você entendeu?

Eu pedi que o meu companheiro Wilson viesse e quero parabenizá-lo, porque ele cuida dessas questões do jovem e sabe perfeitamente que a segurança pública aqui, com relação à proteção do próprio trabalhador, é um equívoco que está sendo colocado no Estado de Goiás como política pública.

O Estado de Goiás não dá retorno social em nenhuma área. É por isso que o SUS não tem condições de fazer o primeiro atendimento. E adivinhem quem é o cara que está lá na fila do SUS, para ser atendido no CAIS? Podem perguntar para a Diva do Cais: é o negro pobre e jovem, que está lá por vários motivos.

Quando não existe alta resolutividade na saúde, lá no Sistema Único de Saúde no Brasil inteiro, não adianta colocar essa capa da revista *Veja*, da Editora Abril, porque nós que estamos aqui sabemos quem é a Editora Abril. O povo não é



mais bobo não! Nós sabemos quem é a Editora Abril, nós sabemos quem é o jornal *O Globo* e a *TV Globo*. Elas têm trabalhado constantemente para desinstitucionalizar o País e, em especial, gente igual ao povo de Aparecida. Eu sou de Aparecida. Por favor, respeitem a Constituição!

Agradeço demais o contraponto dentro da Comissão, para que a gente possa falar e ouvi-los depois. Eu gostaria muito de estar lá à tarde, mas não se estarei. Os meus companheiros representantes, o Eduardo e as meninas, vão estar lá por mim. Eu, infelizmente, tenho que ter mais pernas para ir a outros lugares e fazer outras coisas, senão o pessoal não é atendido. Agradeço demais à Comissão. O que eu espero da democracia é isto: que a gente possa falar sem medo de levar um tiro na cara por estar falando um pouco da verdade.

Quanto ao CONSEG — ah, gente! —, aqui ele é uma organização político-partidária para promover a política do Governo Estadual. Houve uma reunião anteontem no CONSEG. Cadê o povo da reunião de anteontem que não está aqui? Eu, pessoalmente, vou mandar um recado para eles no grupo político suprapartidário.

Mas é um absurdo ver as autoridades que aqui vieram e acorreram. Isto aqui é uma iniciativa de grande porte, nacional e respeitável. Eu vejo daqui a Taquigrafia; vejo os Srs. Secretários Executivos; vejo o Presidente da Comissão; vejo o contraponto da Presidência, que é o companheiro Edson, da minha terra natal de Minas; vejo um Deputado como o Rubens Otoni, um Deputado importante que está inclusive na Comissão da Reforma Política, um Deputado desse vulto e dessa grandeza; vejo os meus companheiros negros; vejo o Toninho, lá do Veiga Jardim, que viu o Marcelo ser assassinado com 8 anos. E ninguém fala nada! A Secretária citou o caso aqui.

A gente sai daqui com muito medo. Mas eu quero deixar a minha última palavra, pois isto aqui é só um discurso de provocação: eu quero desafiar esta Comissão a chamar a Presidência da República e solicitar que o ECA seja modificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Sr. Bernardino.



O SR. JOÃO BERNARDINO GONÇALVES NETO - É necessário modificar o ECA no que for preciso. O meu menino precisa, sim, trabalhar. Eu não conheço ninguém que trabalhou depois dos 10 anos, não conheço ninguém que aprendeu a trabalhar pelos pais. Gente, esta é uma opinião minha, de pai. Não conheço ninguém que começou a trabalhar com 10 anos e que foi orientado pelo pai, sem ter sido colocado no regime escravagista. Não conheço ninguém que tenha virado bandido. Mas ele tem que trabalhar e estudar — é verdade.

O ECA está aí. Parece que ele é bonitinho, mas ele tem problema sim. Eles têm que deixar as pessoas cuidarem dos seus filhos. O Estado tem que sair mais da vida individual das pessoas e entrar mais na vida social.

Muito obrigado. Desculpe-me por ter extrapolado o tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, João Bernardino.

Quero convidar para compor a Mesa a Sra. Marta Ivone, Superintendente de Promoção da Igualdade Racial do Estado. *(Pausa.)* Ela saiu? Mas, na hora em que ela chegar, está convidada a vir sentar-se à mesa.

Vou passar a palavra para a próxima oradora, Adriana Silveira, Superintendente da Mulher, de Aparecida de Goiânia.

Marta, venha compor conosco a Mesa, por favor! Logo depois da fala da Adriana Silveira, a senhora usará da palavra.

A SRA. ADRIANA SILVEIRA - Bom dia a todos e a todas. Sou Adriana Silveira, assistente social. Estou hoje na Superintendência da Mulher, do Município de Aparecida de Goiânia. Eu quero cumprimentar a Mesa e a Marta Ivone, a mulher, na pessoa de quem cumprimento todos.

Primeiro eu quero comungar com a fala da Any. A fala dela expressou bem a nossa realidade e a política de assistência social, que envolve também a questão da segurança. Ainda falta muito. Também comungo com a fala da Teresa quando ela fala das mães, do choro dessas mães que nos procuram quando essa violência acontece dentro de casa e com os jovens.

Mas eu quero falar de um fato com que convivo recentemente. Eu estou fazendo um trabalho com as mulheres presidiárias da nossa cidade, tanto da CPP quanto da Consuelo Nasser. Hoje estão na Consuelo Nasser 46 mulheres, sendo



90% jovens. E quando nós vamos fazer um diálogo para saber por que elas estão ali, qual foi o crime, elas questionam a falta de oportunidade, a falta de política afirmativa para que elas não caiam no crime. E quando elas saem, quando não são mais reincidentes, falam: *“Quando nós chegamos lá fora novamente, nós não somos mais aceitas.”* Aí já não vem só o preconceito por serem negras e pobres, aí já vem mais um preconceito: o de não serem mais reincidentes e já terem passado pelo mundo do crime.

Então, hoje falta, sim, política afirmativa para essas meninas jovens, que estão ali por falta de oportunidade. Lá dentro é a hora de nós darmos essa oportunidade e capacitarmos essas mulheres. Mas hoje eu vejo que há dificuldade para capacitar essas jovens lá dentro, para que, quando saírem, saiam de cabeça erguida e possam se levantar.

Com relação à CPI, eu quero levantar um caso do Estado de Goiás, que acho que não foi citado aqui, mas que todos conhecem, porque repercutiu no Brasil. Trata-se do caso Murilo. Quem conhece e quem se lembra? *(Pausa.)* Vai fazer uma década e não foi resolvido. Até hoje nós não sabemos quem matou o Murilo. Se sabem, ainda não divulgaram para a nossa imprensa.

O Murilo era uma criança de 11 anos para 12 anos. De alguma forma, eu faço parte da família, porque ele é primo paterno do meu neto. E hoje nós vemos aquela mãe dependente de medicamentos para conseguir viver, pela situação de até hoje não saber quem matou o Murilo. Será que foi porque ele estava no lugar errado ou com a pessoa errada? Talvez. É essa a hipótese que tentamos colocar.

O Murilo era uma criança que estava saindo do esporte. Ele estudava e estava indo para os gramados. E ao sair, o pai pediu para uma pessoa pegá-lo. A última vez que o viram foi na divisa de Aparecida de Goiânia e Goiânia. Foi a última vez que o viram até hoje. Vai fazer uma década, e nós não sabemos quem matou Murilo.

Fica aí um questionamento para a CPI: quem matou o Murilo no Estado de Goiás, em Aparecida de Goiânia, na divisa? Nós da sociedade não sabemos. Todo ano fazem uma discussão e vão lá chamar a Graça, a mãe dele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Você tem o número do inquérito ou do processo, o nome completo, só para passar para o Deputado Rubens Otoni?

A SRA. ADRIANA SILVEIRA - Eu não tenho, mas posso providenciar.

Então, todo ano a imprensa divulga bonitinho ali: *“Ah, Graça, vem aqui”*. Neste ano, ela até falou: *“Eu não vou, porque todo ano eu vou com aquela ansiedade de mãe, de saber. Eu sei que eu não vou encontrar o meu filho, mas eu queria saber o fato real que aconteceu.”* Mas ela não sabe e nem a sociedade de Goiás sabe.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Chegou aqui também a autora do requerimento, a nossa Deputada Erika Kokay, que está conosco.

Nós temos uma lista aqui de oito inscritos, que podemos ouvir. Então, eu vou passar a palavra para a Marta Ivone, que é a Superintendente de Igualdade Racial do Estado e vou deixar a Deputada Erika Kokay para o encerramento.

A SRA. MARTA IVONE DE OLIVEIRA FERREIRA - Muito obrigada, Deputado.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do meu companheiro, o Deputado que nos acompanha lá nas comunidades calungas e sempre está lá presente. Quero cumprimentar todos aqui, a minha companheira Diva do Cais, a nossa Secretária, a nossa Superintendente da Mulher, o meu menino do quilombo. Enfim, quero cumprimentar todos.

Como Superintendente da Igualdade Racial, quando eu falo sobre a questão racial no Estado de Goiás, sempre digo que Goiás é um Estado de quilombos, porque foi construído com a comunidade de quilombolas. Por ser um Estado de minérios, ele foi construído com os negros que vieram para a mineração. As comunidades quilombolas calungas foram uma das primeiras a chegar neste Estado. Elas vieram traficadas bem depois da Abolição, pelos pequenos rios, como o Paranã e o Rio Vermelho. Eu falo de Goiás porque sou quilombola lá do pé da serra, lá de Monte Alegre.



Então, a história de Goiás é de negros. Eu falo que 90% da população de Goiás é quilombola, remanescente de quilombos de outros Estados. E falo que 99% da população de Aparecida é quilombola.

Eu que moro aqui mora há 32 anos conheço a situação desse povo de Aparecida. Na época, quase todos vieram para cá para ocupar as nossas terras.

Eu digo para vocês que este Estado e o País têm que cumprir a Lei 10.639 e que as pessoas têm que entender que as escolas têm que assumir o seu papel. Mas não é só o diretor, não é só o professor. Eles investem muito no professor e na grade curricular, mas têm que investir em todos, desde o porteiro até o diretor. E o Secretário de Educação tem que assumir esse papel de implantar a Lei 10.639, ele tem de se conscientizar da importância dessa lei.

Eu sempre falo da época em que houve uma lei que se implantou no País que obrigava toda repartição a ter o cafezinho. Essa lei pegou: em cada repartição que a gente chega, tem lá o cafezinho, tem lá a garrafa com o café. E hoje não existe mais essa lei. Da mesma forma tem que ser implantada neste País a Lei 10.639. Enquanto não se implantar neste País a Lei 10.639 nas escolas, os nossos negros vão ser dizimados sim, porque o racismo institucional está em qualquer lugar.

Eu falo pela minha mãe, que era racista. Minha mãe era branca e meu pai, preto. Minha mãe era racista e se casou com um negro. Agora imaginem minha mãe branquinha e o meu pai preto: minha mãe queria que nós fôssemos brancos, e meu pai queria que nós fôssemos todos negros. Então, na minha própria casa existia isso.

O racista nasce racista e vai morrer racista. Não tem jeito. Mas ele é obrigado a respeitar o negro. Se o senhor nasce racista, o senhor vai morrer racista. Não tem jeito. Mas o senhor é obrigado a respeitar o negro. Mas muitas pessoas não respeitam o negro — é essa a questão. Se respeitassem o negro como ser humano, não existiria o que vemos hoje.

Como Superintendente, eu vejo essa divisão durante 24 horas, lá onde eu trabalho. Eu nasci de uma mãe racista, meu Deus! Ela raspava a minha cabeça na esperança de que cada cabelo nascesse liso. E quanto mais a minha mãe raspava a minha cabeça, mais enrolado saía o cabelo. Então, gente, isso é normal!



A SRA. MARTA IVONE DE OLIVEIRA FERREIRA - Não é normal. Como ela falou, não é normal.

Mas, num país como este, a gente não pode aceitar isso. Eu falava: *“Mãe, a senhora tem que se acostumar conosco! A senhora tem que aceitar isso, porque nós somos negros! A senhora tem que se acostumar com isso”*.

No dia a dia, tem dia em que, quando eu chego ao meu serviço, a recepcionista fala: *“A senhora tem que assinar o ponto aqui. A senhora chegou atrasada”*. E eu falo: *“Cheguei?”* E ela: *“Chegou, a senhora chegou atrasada. Tem que chegar às 7 horas e meia”*. Aí eu falo: *“Olha, então, mais tarde eu venho cá assinar o ponto”*. Aí um homem fala: *“Olha, ela é a Superintendente, ela não assina o ponto não”*. Isso ocorre todo dia.

Às vezes, quando eu estou numa loja, as mulheres vêm e falam assim: *“Quanto é esta bolsa aqui? Quanto ela custa?”* E eu respondo: *“Você sabe que eu não sei o preço? Eu estou aqui para comprar também”*. Um dia eu saí com os meus dois filhos para comprar roupa. Quando eu entreguei o meu cartão, a moça olhou para mim e disse assim: *“Com o seu cartão não dá para comprar esse tanto de roupa”*. Ela falou desse jeito. É todo dia, gente! O racismo é assim!

Eu cheguei numa Prefeitura do interior esses dias — eu e o Vice-Prefeito, que é negro — e fiquei 1 hora e meia esperando o Prefeito, em pé. Eu e o Vice-Prefeito ficamos 1 hora e meia esperando o Prefeito atender todo mundo que estava na fila, para depois ele me atender — eu, Superintendente, do segundo escalão do Governo, esperando!

Eu moro aqui no Jardim Nova Era. Lá na minha rua, duas casas depois da minha, existe uma boca de fumo. Um dia eu falei para o meu neto: *“Mateus, vá até a sua casa rapidinho, buscar um ferro que está lá”*. E ele saiu correndo. No que ele saiu correndo para ir até sua casa, vinha passando uma ROTAM e o pegou. Gritaram: *“Corre, corre, corre, porque a ROTAM pegou o Mateus!”* E eu saí correndo.

A ROTAM pegou o Mateus e mais dois meninos. Havia também uns meninos branquinhos. Eles separaram os meninos claros e pegaram os negros. Eu já saí correndo e falei com o policial — eles já tinham colocado os meninos em posição: *“Por que o senhor pegou esse menino?”* E ele falou assim: *“Porque ele é suspeito”*.



Ele é o traficante desta rua". Eu falei: *"Moço, o meu neto estuda. Ele não é um traficante, porque ele estuda na escola o dia todo. Eu conheço o meu neto"*. Ele falou: *"Distância, distância de mim! Mantenha distância de mim tantos metros!"* Eu fiquei distante e falei: *"Moço, deixe-me conversar. Essas crianças aí não são os traficantes que o senhor está procurando. Esses meninos estudam"*. Eu fui conversando e me identificando: *"Eu sou a Marta Ivone. Eu sou..."* E fui falando. Ele foi gritando comigo e me maltratando, falando que era para eu calar a boca, porque ele ia me enquadrar com aquelas crianças todas.

Depois um mais jovem falou: *"Eu sou o capitão tal e tal. E a senhora cale a boca!"* Um dos mais velhos o chamou e falou para ele se calar. Aí ele falou algo bem baixo para os meninos, no ouvido de cada um. Depois ele veio conversar comigo: *"Olha, o seu neto não é isso o que você está pensando. Ele é traficante sim. Ele é traficante e faz isso, isso e isso. Eu vou provar para a senhora"*. Ele chamou o meu neto e falou: *"Mateus, você não é traficante? Você não já vendeu droga assim, assim e assim?"* Aí o meu neto disse: *"Sim, senhor!"* *"Fulano, você não vende?"* *"Sim, senhor!"* *"Sim, senhor!"*

Gente, aquilo me matou! Depois o meu neto veio me falar: *"Olha, vó, ele falou aquilo"*. E o policial falou: *"Olha, depois a senhora procura lá no quarto deles, porque vai achar"*. Eu me identifiquei e disse que era a Superintendente de Igualdade Racial. Depois o meu neto falou: *"Vó, ele falou no meu ouvido que, se eu não comprovasse o que ele falasse, depois ele me pegava e me matava"*. Entendeu? Eram três meninos negros. Mas depois eles soltaram todos os meninos e foram embora.

Então, muitas vezes esses negros que aparecem na televisão, ali diante das câmeras, falam o que não são. Eles realmente falam isso.

Mas é isso, gente. Eu gostaria de falar para vocês que vieram fazer essa CPI: ajudem-nos no intuito de trabalhar a Lei 10.639, porque é só com a lei nas escolas, ensinando na escola que as pessoas vão aprender a respeitar os outros e entender o que é ser negro neste País, a importância de ser negro e o que esses negros vieram fazer neste País, como eles vieram, de que forma eles vieram e como eles contribuíram com este País. Só assim! Não adianta trabalhar de outra forma. Não adianta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Secretária.

A SRA. MARTA IVONE DE OLIVEIRA FERREIRA - Só se trabalharmos a Lei 10.639 nas escolas, em palestras e audiências, só em cima da lei é que nós vamos conseguir e conquistar aquilo que tanto o nosso País precisa, que é reconhecer que o Brasil foi construído pelo nosso povo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Eu quero passar a palavra para o próximo orador, José Eduardo da Silva, Coordenador Nacional de Entidades Negras.

O SR. JOSÉ EDUARDO DA SILVA - Eu queria agradecer a oportunidade ao Deputado Reginaldo Lopes, ao Deputado Delegado Edson Moreira, à Deputada Erika Kokay e ao Deputado Rubens Otoni, nosso companheiro que fez o maior empenho para que pudéssemos estar aqui juntos, neste momento.

Eu gostaria de falar a partir da minha militância pela Coordenação Nacional de Entidades Negras, que é um grupo político nacional. Já há alguns anos, desde a criação da Frente Negra no Brasil, nos anos 30, e depois, nos anos 70, com o Movimento Negro Unificado — MNU, a Coordenação implementou a denúncia de que a sociedade brasileira, Deputados, era uma sociedade racista. Até então, nós estávamos convivendo com a discussão de que, ainda no Brasil, vivíamos numa democracia racial.

Eu não vou me ater muito a algumas falas, porque me sinto contemplado em relação às denúncias que já foram apresentadas aqui. Mas não poderia deixar de dizer que, independentemente de classe social — alguém colocou isso —, o racismo atinge a todos. Basta você, de pele escura, andar num avião aqui no Brasil que vai ver que as pessoas ainda o olham de forma diferente. Basta você andar em alguns restaurantes no nosso País que as pessoas o olham de forma diferente. Isso significa que, pelo fato de você ser negro e não apenas pela condição social, você continua sendo alvo da democracia racial brasileira. Acho que isso é muito importante de ser colocado.



Agradeço ao Deputado Rubens Otoni, que nos convidou para estar aqui e é um importante companheiro nessa luta aqui em Goiás. Agradeço aos demais deputados que já citei.

Eu queria citar o nome da companheira Sandra Martins, que também é uma militante do movimento negro de alguns anos e que vem nessa luta de implementação e hoje é a Diretora de Igualdade Racial de Aparecida de Goiânia. Quero cumprimentar a companheira Marta Ivone, que é a Superintendente de Igualdade Racial do Estado de Goiás.

Eu fiz uma lista grande aqui, mas não vou citar todo mundo, senão minha fala fica nisso. No entanto, não poderia deixar de registrar a presença da Vice-Presidenta do Partido dos Trabalhadores em Goiás, que eu acho muito importante. O partido assumiu uma posição importante contra a redução da maioria penal nesse V Congresso, Kátia. Eu acho que a sua presença aqui também demonstra o compromisso do partido na superação das desigualdades que aí estão colocadas.

Eu queria centrar a minha fala em dois momentos. Como eu falei antes, o movimento negro desde os anos 30, no Brasil organizado, faz a denúncia de que existe racismo na sociedade. Em 2001, na gestão do Presidente Lula, nós conseguimos a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, fruto da luta do movimento negro brasileiro. A partir daí, foram criados no Brasil diversos organismos de promoção da igualdade racial.

Eu fico preocupado quando vejo gestores da igualdade racial virem aqui fazer a denúncia de que existe racismo na sociedade. E a minha pergunta é: o que as Prefeituras, os entes federados — União, Estados e Municípios — estão fazendo na implementação de políticas públicas que de fato vão combater o racismo? É papel do movimento negro fazer a denúncia. Mas o que o Município está fazendo, o que o Estado de Goiás está fazendo em relação às políticas públicas ou aos assassinatos?

Quanto ao racismo, eu acho que cabe às associações quilombolas virem aqui denunciar e falar. Acho que está certo, Edson, acho que está certo! Mas o que os Municípios fazem, o que os Estados estão fazendo pela implementação do Estatuto da Igualdade Racial, por exemplo, que também foi uma conquista da luta política do movimento negro ao longo dos anos?



Então, nós criamos leis que acabam não sendo cumpridas. É o mesmo caso do ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente: ao criminalizarmos a juventude com a ideia da redução da maioridade penal, nós fazemos com que o Estado brasileiro cometa as mesmas injustiças cometidas desde a Abolição da Escravatura no Brasil, ao criminalizar as vítimas em vez de se responsabilizar por um processo que precisa ser mudado. E esse processo só mudará de fato, Bernadinho, com políticas públicas efetivas.

Então, a minha contribuição seria no sentido de que vocês também se atentassem ao cumprimento das políticas públicas por parte de Estados, Municípios e a própria União, porque essas conquistas nós já tivemos. Ao longo de mais de 10 anos, desde 2003, com a criação da SEPPIR, nós já tivemos várias políticas nacionais que refletiram na vida dos brasileiros e das brasileiras. Mas nós também conquistamos espaços de políticas públicas nos Municípios e nos Estados.

Se todos nós viemos aqui para denunciar o racismo, esse é o papel do movimento negro, ele tem que fazer isso. Agora, o poder público tem que cumprir a lei. E o poder público precisa não só cumprir da lei, mas criar políticas públicas efetivas que venham mudar essa correlação de forças, vamos dizer assim, que está colocada na sociedade negra.

Quanto eu falo em negras e negros, eu quero dizer pessoas de pele escura. Há uma diferença. Já que Marta fez uma fala aqui, eu quero lembrar também outro caso. Um amigo nosso, que é Diretor da Faculdade de Direito da UFG, ao viajar recentemente para os Estados Unidos, foi parado na imigração lá. Eram quatro professores da Universidade Federal, sendo ele Diretor da Faculdade. Eles foram parados e separados pela imigração. E na conversa entre os guardas da imigração norte-americana, eles diziam: *“Olha, nós prendemos aqui um branco e três negros”*. E eles olharam para os quatro, que eram brancos — na fala deles, professores. Aí os professores ficaram pensando: *“Quem de nós aqui é negro?”*

Eu estou dizendo isso para mostrar que o racismo tem cor na sociedade brasileira e atinge principalmente as pessoas de pele escura. A bala da polícia sabe exatamente quem ela tem que atingir. Se dois estiverem correndo na rua, eles sabem em quem vão atirar primeiro, porque isso faz parte da cultura política do País.



Para finalizar, eu queria apenas trazer um dado sobre o nosso *Dicionário Aurélio*. Em qualquer dicionário no Brasil, Marta, se nós olharmos o significado de “preto”, de “branco” e de “escuro”, veremos que para “preto” está assim: “*Sujo. encardido. Homem da raça negra. Escravo. Indivíduo perigoso*”. E por aí vai. Isso está no *Dicionário Aurélio*. Quando nós vamos olhar em relação ao “branco”, o significado é exatamente o contrário. Com essa fala, eu estou querendo dizer o seguinte: estruturalmente o racismo está na nossa cultura, então, não se trata, como se escuta alguém dizer, de o próprio negro discriminar negro.

Na verdade, nós ainda temos um longo caminho para poder superar as desigualdades sociais no Brasil. Eu acho que o primeiro passo sobre a questão da raça é a implementação de leis que distribuam renda no nosso País; que façam com que as universidades públicas continuem sendo gratuitas e de acesso universal, permitindo que as pessoas entrem; que façam com que nos bairros, como a Profa. Any Borba colocou muito bem aqui, haja mais equipamentos sociais, a exemplo de quadras esportivas, espaços nos quais a juventude possa ocupar o seu tempo, além de ter uma educação de qualidade.

Por fim, quero agradecer a oportunidade. Eu falei aqui com muito orgulho, em nome da Coordenação Nacional de Entidades Negras, porque se trata de uma militância ideológica e de uma causa política em que nós acreditamos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, José Eduardo.

O próximo orador é Wilson Silva de Oliveira, da Polícia Comunitária.

O SR. WILSON SILVA DE OLIVEIRA - Bom dia a todos. Gostaria de estender o meu bom dia aos meus amigos. Alguns me conhecem antes de eu ser policial, como o Bernardino, que já foi meu chefe, pois trabalhamos no combate à dengue; o João Batista e o Redelson, que também me conhece antes de eu ser policial, assim como várias pessoas aqui. Gostaria de cumprimentar a Mesa, o Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes; o Deputado Rubens Otoni, que não sei há quantos anos está na política, mas desde que me entendo por gente eu o vejo na política; o Deputado Delegado Edson Moreira; a Deputada Erika Kokay; as Sras. Secretárias, cujo nome não anotei.



Eu moro em Aparecida de Goiânia há 18 anos e cheguei aqui desempregado. Sou de Santa Terezinha de Goiás, no norte do Estado. Eu conheço isto aqui muito bem, eu e o Bernardino, que vamos de casa em casa, tentando matar o mosquito da dengue. Não é Bernardino? Você me conhece muito bem.

Eu queria deixar bem claro que não posso falar em nome da Polícia Militar, pois eu não tenho autorização do Comandante-Geral para estar aqui falando em nome da Polícia Militar. Eu fui convidado a passar por aqui porque trabalho no Programa Educacional de Resistência às Drogas — PROERD. Eu sou palestrante e trabalho na Polícia Comunitária, então, sou formador de opinião. Nesses 9 anos, eu já formei mais de 8 mil crianças e adolescentes em prevenção às drogas. Trabalho na área mais problemática daquelas em que vocês atuam, que é a região da 16ª Companhia Independente da Polícia Militar. Então, eu conheço todas essas realidades até mais de perto, porque eu fui lá, vi e também sei por que houve as ocorrências.

Eu não estou aqui julgando, porque, às vezes, você escuta só um lado da história e cria sua própria realidade. Então, nós que estamos lá sabemos que não é como se pensa. Às vezes, você vê na televisão e acredita naquilo que foi contado. Mas eu já estive em várias ocorrências em que a imprensa pediu a opinião de algumas pessoas que não sabiam e que ouviram falar de outras e outras. E aí ela já noticiou o que ouviu, o que virou verdade, sem saber do policial como foi que aconteceu e se conhecia ali.

O que eu tenho para falar é que o meu pai é branco e de olhos azuis e a minha mãe é negra. A família da minha mulher também é do mesmo jeito. A minha mulher é um pouco mais negra do que eu. Na minha casa, o meu apelido é Preto, porque eu sou o mais moreno dos irmãos. Meus filhos nasceram mais com tendência negra. Um fato engraçado é que, no SISU, eu vi que, pela primeira vez, mais da metade dos inscritos que queriam fazer Medicina se declararam negros.

Quando eu cheguei aqui, o meu primeiro emprego foi para combater a dengue. De dia eu trabalhava com o Bernardino e, à noite, eu tinha um emprego de vigilante. Então, eu trabalhava noite e dia. Depois eu vi que teria que largar um emprego e estudar sem parar, até 12 horas por dia, para passar num concurso.



Eu também era mais uma pessoa — eu sou do interior, de Santa Terezinha de Goiás — que achava que o policial nascia fardado, era um ser extraterrestre sem coração e sem alma e que matava e batia em todo mundo que cruzasse o seu caminho. Eu cresci pensando assim. Hoje, como policial, quando passo na rua, vejo um menino teimando com a mãe, que diz assim: *“Está vendo? Olha o policial! Se você não parar de chorar, eu vou chamar ele agora”*. Então, os pais têm medo de usar o poder de pais, têm medo de ser mãe, têm medo de se danar com o filho e querem usar a polícia até hoje. Quando eu era menino, era assim que acontecia.

Eu só queria dizer o seguinte: eu não conheci a ditadura militar, eu era menino, mas eu pago por uma coisa que eu não vi. A maioria dos senhores também não viveu a ditadura militar, sendo que alguns a viveram quando eram crianças. Então, quem conhece a ditadura militar aqui deve ser alguns dos Deputados, como o Deputado Rubens Otoni. O senhor também conhece, não é, Delegado? E a senhora também. Mas eu não conheci a ditadura.

Eu trabalhei no Entorno de Brasília quando passei na Polícia. Eu morava aqui, trabalhava em Valparaíso e voltava todo dia, para tirar serviço. Estudei demais para passar em concurso, porque vi que a área privada é um pouco ingrata: às vezes, você tem tantos planos para a sua vida, e de repente, a empresa quebra e você vai demitido. Aí eu falei: *“Vou passar num concurso público. Pode ser de cozeiro de cemitério. Esse me serve. Mas eu quero um emprego no governo”*. Aí eu descobri que a corrida era grande e que tinha de estudar demais. Então, eu me dediquei de corpo e alma a isso e larguei muitas coisas. Pobre é mais ou menos assim: se você está com muito frio e tem um cobertor pequeno, você escolhe se vai pôr o cobertor na cabeça, na barriga, na perna ou vice-versa, porque não dá para ter tudo.

Eu fiz concurso demais: para o Banco do Brasil, o Ministério Público, para todas as áreas, menos a polícia, que eu odiava. Jamais eu iria querer entrar para a polícia. Eu não quis me alistar no Exército. Eu chorei quando falaram que poderia ir para o Exército: *“Já pensou? E se eu virar um monstro?”* Depois eu descobri que o verdadeiro monstro para a sociedade é a Polícia Militar. O bombeiro é militar, mas é herói. As Forças Armadas, como fizeram? Tomaram o poder e usaram a polícia, porque lhes era subordinada. E agora que elas se afastaram e ficaram de fora de tudo, ficaram bonitas na foto.



Mas como a polícia existe e tem que existir, de repente, depois de 2 anos estudando para concurso, acabei passando na Polícia Militar — o que eu não queria. Mas eu fazia todo tipo de concurso, pois, se queria um emprego público, qualquer um me servia. De repente, passei na Polícia Militar. Eu até gelei. Eu já era vigilante e trabalhava no combate à dengue. Aí pensei: *“É obrigado ficar lá?”* Falaram: *“Não, se você não quiser, você pode ir embora”*. Eu pensei: *“Meu Deus, agora eu vou lá”*. Eu desprezava o policial militar: se uma moça falasse com um policial, eu virava a cara para ela e não falava com ela nunca mais. E agora lá eu ia entrar nas fileiras da corporação.

O ódio que eu pregava, eu o sinto todinho de volta agora, eu o vejo em mim. Aí eu descobri que eu não era um monstro, era um filho da D. Odília e do Seu Valdeir, era um dos meninos mais pobres da cidade e que cresceu muito pobre talvez por ser negro de um lado. Mas eu percebi o motivo maior de termos sido pobres — essa é uma tradição de pessoas mais pobres: o lado do meu pai veio de Minas, todo mundo branco e de olhos azuis, mas que não tinha vontade de crescer na vida. Então, eu descobri que talvez não fosse esse o caminho. Tudo bem, eu sei que os negros foram usados por trezentos e tantos anos e foram demitidos sem direito a nada. Deveriam ter recebido uma indenização, teriam de competir de igual para igual, com uma indenização trabalhista para todos, em nome do neto, em nome do bisavô e do tetravô.

Mas eu não acho justo me esconder atrás disso e pensar que até hoje sou pobre porque existe um motivo. Talvez exista um motivo. Mas eu não acho justo pensar que sou vítima do sistema. Assim também eu acho que os negros são vítimas. Já participei disso quando trabalhava num supermercado. Quando as pessoas roubavam no mercado, o gerente queria que eu ficasse atrás dos negros, mas eu sabia que não eram eles que estavam roubando. Era difícil. Mas isso não é um problema da polícia.

Agora eu sou odiado, como às vezes, as pessoas estão falando. Eu pensei: *“O que eu vou fazer agora nesta Comissão, meu Deus? Lá falam mal da polícia, e eu agora sou polícia!”* Mas, infelizmente, estou em serviço e tive que vir aqui fardado. Eu quero ver, quero aprender. Eu sou palestrante e preciso aprender, ver o que está acontecendo. Este é o meu País.



Então, eu gostaria que os senhores entendessem que, embora eu seja Sargento da Polícia Militar, aqui quem fala é o cidadão. Eu não falo em nome da Polícia Militar. Eu até posso falar em nome da Polícia Comunitária, de que sou palestrante.

Mas o que eu tenho que falar é o seguinte: a ditadura acabou faz tempo. Já pensaram nisso? Digo isso porque há pessoas formadoras de opinião que ainda não perceberam isso, que ainda acreditam que estamos no período de ditadura militar e que o Estado ainda é o opressor. Então, todo mundo que morreu foi o policial que matou, porque ele é o culpado da má distribuição de renda.

Eu sou policial. Eu não posso contratar outro. O coronel não pode colocar outro, não pode pôr um soldado. E o povo tem a ideia de que dinheiro cai do céu. Dinheiro não cai do céu, o Governo não fabrica dinheiro. *“Nossa! Tem dinheiro para isso?”* Não, gente, o dinheiro é seu, é meu. Agora, como estamos em crise, estão aumentando os impostos. Você tem que pagar. Acabou o dinheiro. Vamos imaginar que é igual a um condomínio: se acabou o dinheiro e não deu para atender as demandas, vai ter que passar a conta para os condôminos de novo. *“Olha, gente, agora vai ter que aumentar mais tanto, porque faltou!”* Mas as pessoas acham que dinheiro cai de cima.

O legislador não entende, não pensa como o administrador, como a sociedade e os formadores de opinião. E por que a Polícia vai pagar por isso? Eu estou na Polícia há 15 anos, mas nunca atirei em ninguém, porque eu só cumpro a lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Sr. Wilson.

O SR. WILSON SILVA DE OLIVEIRA - Eu só posso atirar em legítima defesa. E como ninguém atirou em mim ou em vocês, para eu poder nos defender, eu nunca atirei em ninguém. E vocês acham que eu sou o único policial que faz isso? Não!

Então, eu quero dizer que detrás desta farda tem um coração pensante, tem alguém que ama, tem alguém que é filho de alguém, tem alguém que leva sonhos para as pessoas. Quando eu chego num lugar, as pessoas param de falar, param de sorrir, param de comer. *“Nossa, chegou a fera!”* Eu trabalho no PROERD mais por



causa disto: eu chego às escolas, onde trabalho há 9 anos. Já ganhei um abraço de 100 pessoas ao mesmo tempo, um abraço coletivo em que todos os alunos de uma sala, sozinhos, tentaram me levantar. Chegaram a derrubar moto, derrubar todo mundo. Portanto, eu posso ser odiado fardado, mas também sou muito amado.

Acontecem muitas coisas mesmo no Brasil. Os senhores, que são representantes do povo, rodam o Brasil inteiro e têm muita experiência. Quem sou eu para falar sobre a experiência dos senhores, não é? Mas será que é culpa da polícia? Será que tudo que acontece é culpa da polícia?

Também gostaria de falar sobre a bancada da bala. Quando o Constituinte fez a Constituição, ele tentou tirar o militar da política e inclusive fez uma cláusula que dizia que, se o militar fosse eleito, nunca mais poderia voltar para a farda, tentando impedir que os generais voltassem à farda. Ele não tinha medo de mim, do soldado, do cabo, do sargento, ele tinha medo do general. Como ele não podia colocar a palavra “general”, colocou “o militar da ativa”. Certo?

A sociedade não entende que um policial também pode ser Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Sr. Wilson.

O SR. WILSON SILVA DE OLIVEIRA - Aí se criou o termo “bancada da bala”, um termo pejorativo que os direitos humanos acham o máximo. Eles estão lutando contra o Estado opressor, mas o Estado não é opressor, o Estado é liberal. Aqui você pode fazer o que quiser, porque não será punido. Então, não funciona o Estado opressor, mas o Estado liberal também não funciona. Está bem, gente? É preciso fazer outra Constituição, deixar o que está bom e mudar o que não presta.

Obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k.

O próximo inscrito é o Sr. Antônio Carlos Gomes, da Secretaria do Trabalho, emprego e Renda.

O SR. ANTÔNIO CARLOS GOMES - Com relação às denúncias, eu acho que os companheiros já levantaram várias delas aqui. Eu concordo com a Any, que fez uma explanação muito boa e uma colocação muito importante de como é a realidade do nosso Município.



Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da companheira Sandra, que, além de representar a Superintendência da Igualdade Racial no Município de Aparecida de Goiânia, é uma companheira que está ligada aos movimentos sociais.

Aqui o movimento social, os grupos organizados têm um papel fundamental. Não basta a CPI só discutir a questão legal, se não levarmos para os nossos grupos, para os nossos movimentos a questão da lei e inclusive da discussão do racismo.

Felizmente eu não acho que nascemos no racismo, eu acho que ele é fruto da sociedade com que convivemos. Nós vemos a questão do racismo até dentro dos movimentos sociais às vezes. Nós vemos, por exemplo, alguns grupos de negros tirando de fora questões da própria cultura negra, alguns negros ainda criticando a capoeira, criticando a umbanda.

Quero lembrar que a Lei 10.639 levanta a necessidade de se colocar nos currículos das escolas a história da África e a cultura negra. Então, isso é importante.

Eu acho que outra coisa que é preciso levantar aqui na CPI, principalmente para os companheiros do movimento organizado, é que precisamos, nesse processo, intensificar a luta por políticas públicas, para que possamos resolver a questão. Eu não acho que aumentar o armamento da polícia ou o número de viaturas vai resolver a questão. Eu acho que são políticas públicas e educação popular que vão resolver as questões que nós estamos pedindo.

Então, não adianta a Prefeitura construir grandes CRAS ou CAPS se ela e o movimento não intensificarem políticas públicas a serem desenvolvidas nesses prédios, senão eles vão ser uma construção única e exclusivamente, sem utilidade nenhuma.

E eu queria colocar que, infelizmente, ainda concordo com alguns companheiros em relação à política hoje defendida pela revista *Veja*. Eu acho que a mídia já está querendo aprovar o fim da maioria penal. Ela já está querendo, através da revista *Veja*, implementar isso aí. Inclusive os pais das crianças que foram colocadas na capa da revista *Veja* têm como provar que nem estavam naquela hora, que estavam em outro lugar naquele momento. Mas a revista *Veja*, tentando ganhar a questão, influenciar na lei que vai ser votada na Câmara com



relação à maioria penal, já começa a criminalizar, como sempre faz com todos os movimentos.

Outra coisa que eu queria colocar, de que a companheira falou aqui, é sobre a banalidade da morte. E eu acrescento, companheiro: além da questão da banalidade, há a impunidade. Por quê? Até mesmo no nosso bairro, quando se mata um jovem ou um adolescente, a maioria do nosso pessoal diz o seguinte: *“Não. Não tem problema. Você pode matar porque a polícia não vai nem investigar, porque é traficante, é usuário de droga. Com certeza, não vai ter investigação com relação a isso”*. Então, a impunidade também está influenciando essa questão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Como última oradora, eu quero convidar a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Primeiro eu queria dizer da minha alegria de estar aqui em Aparecida de Goiânia para fazer esta discussão e justificar o meu atraso. Eu tive duas audiências aqui, uma com o Ministério Público e outra com a Secretaria de Segurança, acerca de um problema de tortura que houve numa comunidade terapêutica no Entorno do Distrito Federal, ali no Jardim Ingá, no Município de Luziânia — eu sou Deputada eleita pelo Distrito Federal. Então, acabei chegando mais tarde aqui.

Sr. Presidente, Reginaldo Lopes, eu penso que o desafio que está posto, o primeiro desafio que nós deveríamos entender como tal seria saber quais são as políticas, quais ações deveriam ser feitas para se enfrentar o extermínio de jovens negros de periferia no nosso País.

Mas também penso que há um outro desafio que está muito nítido ainda e muito claro, o qual, penso eu, já deveria ter sido superado: assumir que o Brasil é um país racista. Muitas vezes, não se assume que o Brasil é um país racista. Há ainda um mito de democracia racial que os dados já deveriam ter superado e desconstruído há muito tempo. Existe um racismo neste País, mas existe também um racismo institucional.

Eu fico muito surpreendida ao ver os dados da mortalidade de mães negras, a mortalidade materna de mulheres negras, e perceber que a mortalidade materna de mulheres negras é muito mais aguda e muito maior do que a de mulheres não negras. Aí se pode dizer que isso é consequência de um processo de não se ter



dado fim ainda ou não se ter feito luto da escravidão, o que o nosso País não fez. Ele nem fez o luto da ditadura: há muitos pedaços da ditadura que estão na nossa contemporaneidade e fazem com que tropeçemos na nossa construção cidadã.

Então, quando se vê que a mortalidade atinge mais mulheres negras, nas mesmas condições, no mesmo local de atendimento, com os mesmos profissionais, nós vamos começar a construir a nitidez de que há um racismo institucional, um racismo que impregnou as nossas instituições, em que elas reproduzem, nessa lógica que alguns falam, a microfísica do poder.

Existe um poder microfísico que é racista e está incorporado. Ele vai tomando conta das instituições, das veias da nossa sociedade, vai tomando conta da nossa condição de existência como pessoa na sociedade brasileira. E esse racismo vai se expressando.

Ele está muito naturalizado, porque o racismo institucional naturaliza o racismo, e a naturalização faz com que não percebamos a existência do próprio racismo. Existem muitas paredes e muitos tetos de vidro que fazem com que os nossos meninos e a nossa população negra não cheguem aos mesmos lugares que chega a população não negra.

É como se fosse o seguinte: enquanto houve essa subalternização imposta aos negros, dizendo qual era o lugar que lhes pertencia, lembrando o poema de João Cabral de Melo Neto, "*a parte que te cabe deste latifúndio*", essa subalternização tão naturalizada, não se teve a percepção de que nós não vivemos numa democracia racial, porque cabiam aos negros a reprodução e a extensão dos espaços ligados à senzala como espaços de convivência e de permanência, e não lhes cabiam os espaços associados à casa-grande ou espaços que foram domados, conquistados e naturalizados como espaços de elite.

Portanto, eu diria que o primeiro desafio que tem esta CPI é constatar que há uma desigualdade racial que atinge o povo não branco neste País. E isso deve ser deixado de forma incontestável, porque se não admitirmos que haja uma ausência de democracia racial e um racismo, nós vamos acreditar que os negros são responsáveis pelas suas próprias mortes, que são os nossos jovens negros que constroem a sua própria morte.



Alguns dizem: *“como vocês são racistas ao dizerem que o nosso sistema prisional tem basicamente jovens negros e de periferia”*. E eu digo que são imputados à condição de racistas aqueles que desconstroem os mitos, esclarecem e mostram os dados para provar que não há racismo em dizer que, se os negros estão lotando as nossas prisões e aumentando as estatísticas — 75% das mortes de jovens são de negros —, é porque o problema está nos próprios negros e eles são vítimas.

Esse é o mesmo raciocínio da redução da maioridade penal: o problema está nos adolescentes, e não na sociedade, que os exclui e constrói instrumentos de exclusão social naturalizados e não percebidos.

Por isso, eu diria que nós temos isso claro na CPI do Sistema Carcerário e na discussão sobre a redução da maioridade penal, porque não vão ser os jovens ou adolescentes brancos que vão estar na prisão, porque não são os jovens brancos que estão na prisão. Quem está na prisão são os jovens negros. A redução da maioridade penal é, portanto, racista! Racista! (*Palmas.*) E aqueles que a defendem têm que assumir o seu caráter absolutamente racista.

Por fim, não há dúvidas de que temos uma sociedade racista e que os nossos jovens negros têm muito mais chance de morrer ou de ser presos do que os jovens não negros no nosso País.

Precisamos construir os planos. Eu penso que nós deveríamos instituir em todos os lugares deste País planos de enfrentamento ao extermínio de jovens negros e da periferia. Esse plano teria que contar com a participação das entidades e dos jovens negros das periferias, das suas organizações e da multissetorialidade do Estado, em todos os seus aspectos e em todas as políticas públicas. Não vamos instituir nenhum enfrentamento ao extermínio de jovens negros de periferia neste País, se não contarmos com um conjunto de políticas públicas. Nenhuma política pública é total e plena, porque temos uma incompletude institucional, como temos uma incompletude humana. Nenhuma política pública é suficiente para que nós possamos enfrentar esses pedaços de senzalas, esses pedaços da escravidão, esses pedaços de casa-grande que estão na nossa contemporaneidade. Nós precisamos varrê-los para que possamos bater no peito e dizer, aí, sim, que o Brasil é uma democracia.



Tanto o colonialismo, quanto a escravidão, quanto a ditadura, são aspectos e processos, períodos traumáticos de uma aguda desumanização do nosso próprio povo, de parte da nossa própria sociedade, que precisam ser encerrados. E nós só vamos encerrá-los — e têm razão todos aqui que falaram sobre isso — com políticas públicas que sejam inter-relacionadas, articuladas e com participação popular.

Não dá para se pensar em nenhum plano — nenhum plano — de desenvolvimento de uma sociedade mais justa que possa pôr fim a essas expressões racistas e a esse extermínio de jovens negros que não conte com a participação popular.

Portanto, penso que as Prefeituras e o Estado deveriam traçar e mapear todas as entidades que lutam em defesa da vida e que têm a clareza de que é preciso enfrentar o racismo, desnaturalizá-lo, para que nós possamos construir uma sociedade mais justa e mais igualitária. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Erika.

Passo a palavra ao Deputado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu acho que não é o jornal ou a revista que publica o que eu não quero, o que eu não gosto que são bons. Eu acho que boa é a discussão, é a visão.

Por exemplo: quando foi feita a Lei 4.898? Quando entrou em vigor? Em 1966, durante a ditadura militar. Quem instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço? Quando foi? Em 1965. Então, acabou a estabilidade, mas lhe deram a garantia. Hoje você não tem a estabilidade, e a garantia está no Fundo de Garantia, que está até hoje. Por isso é que não acabou.

Então, é o seguinte: sou a favor da redução. Por quê? Responsabilização, consciência e estudo psicológico da pessoa que está cometendo o crime. O que não pode é sair cometendo crime “adoidadamente” e ficar impune. Eu não sou racista. Muito pelo contrário. Sou filho de negro, com muito orgulho. Com muito orgulho! Então, respeite-me, como eu lhe respeitei quando você falou.

Nós temos que entender o seguinte: há uma discussão que dura 20 anos sobre um estatuto que foi feito sob a emoção do fim de um regime político. Foi feita a Lei 8.060, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, em plena situação



emocional. Depois, começou-se a discutir e se viu que houve um equívoco. Esse equívoco tem que ser arrumado.

Sou da bancada da segurança pública, da famigerada bancada da bala, com muito orgulho, e defendo a sociedade. Se a sociedade colocou lá 30 Deputados da segurança, é porque ela está clamando por segurança. É o Brasil que está pedindo.

Então, é o seguinte: vamos fazer o que o Brasil quer. Se 90% da população brasileira quer que se reduza a maioria, e a voz do povo é a voz de Deus, que se reduza. Se 90% da população quer que se mude o Estatuto do Desarmamento, que foi impingido dentro de gabinete, que se mude. É a população que quer, e a população diz o que tem que ser feito.

Vivi todos esses regimes. Nós temos que conhecer a história, e não ser papagaio e repetir o que os outros falam. É preciso estudar a fundo. Eu estudei tudo, desde que os próprios negros é que aprisionavam os negros pra mandar para cá, lá na África. Os próprios negros!

E outra coisa: a etimologia da palavra, o estudo da palavra, o estudo da cultura não querem dizer que o cara seja racista, igual o rapazinho falou. Não! A etimologia da palavra é aquela lá. Então, tudo o que se fala é racismo? Tudo o que se escreve é racismo? Não! Vamos estudar profundamente a palavra, a cultura.

A maioria das cotas acirra, sim, o racismo. Eu tenho certeza de que as cotas acirram o racismo, porque a pessoa não consegue entrar na faculdade. Por exemplo, eu sou negro. Eu posso concorrer lá como negro, ou não? Eu sou filho de negro! É direito de sangue. Então, pronto. Então, assim, é preciso acabar com esse negócio de que o nosso País é racista.

Uma das oradoras aqui falou que 80% da população brasileira é negra. Se 75% das pessoas presas são negras e se 80% da população é negra, ela é a maioria, então, a maioria tem que estar presa mesmo, porque, se cometeu crime, tem que ir para onde? Para a minha casa? Tem que ir para a cadeia.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu vou passar a palavra para o Deputado Rubens Otoni e depois para a Sandra. Depois, eu vou fazer algumas considerações.



O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Eu quero aqui, já finalizando, indo para o final dessa nossa diligência, novamente agradecer a presença da Comissão Parlamentar de Inquérito, aqui representada pelo nosso Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, e o convite que ele fez para que eu pudesse também participar desta CPI. De maneira especial, eu quero agradecer ao Deputado Edson, que nos visita, e, de maneira muito especial, à Deputada Erika Kokay, que não apenas está presente, mais foi a responsável, inclusive, pelo requerimento que garantiu a presença desta CPI aqui no Estado de Goiás. Eu quero agradecer a presença de cada um e cada uma de vocês e os depoimentos que aqui foram feitos.

Hoje, às 14 horas e 30 minutos, na Assembleia Legislativa, será realizada uma audiência pública na qual a presença de cada um e de cada uma de vocês é muito importante.

Além de contribuir para a CPI que está instalada na Câmara dos Deputados, que é presidida pelo Deputado Reginaldo Lopes, da qual fazemos parte, eu quero assumir o compromisso com vocês das lideranças do movimento popular, lideranças do movimento comunitário, lideranças que aqui estão interessadas no tema, de, a partir de hoje, na audiência de hoje, de começarmos a elaborar um plano para o enfrentamento da questão da violência contra o jovem negro e pobre no nosso Estado de Goiás. Podemos fazer esse trabalho aqui de Goiás, contribuindo com o trabalho da CPI que está sendo desenvolvido em Brasília.

Então, esse é o nosso compromisso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu vou passar a palavra à companheira Sandra.

Já que o Deputado Rubens Otoni e a Deputada Adriana Accorsi, que esteve aqui pela manhã, assumiram esse compromisso, eu acho que, na cidade de Aparecida de Goiânia, que tem mais de 100 homicídios para cada 100 mil habitantes, a Secretaria também poderia mobilizar a Câmara Municipal, para construir também um estudo em todos os bairros da cidade e fazer sua pactuação republicana no Município, para diminuir os homicídios. Seria um plano decenal.

Eu acho isso fundamental, porque nós queremos que esta CPI não seja só um evento, mas vire um movimento para dar visibilidade à temática e que esse movimento vire um pacto republicano a favor da vida.



Então, é importante que a gente dê conta — não é, Deputada Erika? — de mobilizar o Brasil nesse sentido, com uma pauta objetiva para 10 anos: o que fazer; quais as políticas públicas preventivas; e quais as metas estabelecidas. Essa proposta é para ver se a gente consegue estabelecer metas neste País e não ter medo de honrá-las ou de reavaliá-las no futuro. Mas é importante que o Estado brasileiro tenha planejamento de médio e longo prazo.

Com a palavra a Sra. Sandra.

A SRA. SANDRA REGINA MARTINS - Sr. Deputado, o Município já está num processo de construção de um plano para a juventude com o projeto Juventude Viva, com todas as Secretarias buscando uma forma de enfrentar essa violência.

Eu pedi a palavra especificamente para dizer a um Deputado que não está presente, mas eu vou falar, pois, com certeza, depois ele vai ouvir. Eu acho que ele não deve ter visto bem qual é a proposta das cotas raciais. As cotas raciais são a reparação de um erro que o Brasil cometeu conosco, com os negros. *(Palmas.)* Então, ele não deve saber muito bem o significado das cotas. E quando ele diz que é negro... Realmente ele é negro, ele pode ser negro na cor, mas eu acho que ele não deve ter sido criado num lar negro. E, com a questão da maioria penal, só quem vai sofrer com a redução são os negros, só são os jovens.

Por isso, nós temos que ir para a rua, nós temos que ir para Brasília dizer “não” à redução da maioria penal. Não pode haver, gente! *(Palmas.)* Se houver, eu sou mãe de quatro filhos negros, os meus filhos vão ser diretamente atingidos. Os filhos de outras mães, que vivem por aí chorando a mortalidade... Quantos negros vão estar nessa cadeia, entendeu? Só os negros vão ser punidos com isso, com essa redução.

Então, eu acho que o Deputado deveria dar uma olhada com mais carinho. Quando ele diz que ele é negro, ele deve lembrar que ele vai ter netos negros também, porque os netos dele também podem sofrer isso, tá? Obrigada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SANDRA REGINA MARTINS - É, negro elitizado é diferente. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sandra.



Quero, antes de encerrar, dizer que na CPI eu poderia... Numa avaliação que eu faço mais empírica, eu tenho convicção de que a ampla maioria, mais de 80%, é contra a redução da maioridade penal. Justamente por quê? Porque todos os nossos dados — eu falei aqui no início —, o pico da mortalidade dos jovens negros é a partir dos 19 anos de idade. Os 19 anos de idade concentram, talvez, quase 70% das mortes. É quando o nosso jovem perde a proteção do ECA. Isso quer dizer, então, que nós vamos deslocar para 16 anos a morte dos nossos jovens, com a aprovação do ECA. Não tenham dúvida, há vingança, matam! E isso está comprovado. É estatístico. Eu queria que fosse o contrário, que não houvesse nenhuma morte de jovens negros e pobres.

É tão comprovado como os nossos jovens estão sendo vítimas dessa violência, porque também, com menos de 12, é igual à mortalidade de adolescentes entre brancos e negros. Quer dizer, as ruas ficaram violentas para os negros. Esta é a verdade.

E nós temos que entender por que os negros não podem ir às ruas. Colocaram muito bem aqui. A rua é onde a vida pulsa. Não tem como fazer uma política de segurança pública tirando os filhos das ruas, só os negros, porque, assim, mesmo aqueles que são exceções de uma regra perversa — e o Deputado aqui é exceção de uma regra perversa, porque ele é negão, mas ele é exceção de uma regra perversa... A maioria dos negros, e pelo histórico de vida que você tem, Edson, está presa ou está morta. Quantos amigos seus não foram mortos?

Então, é evidente que a energia conta também, a energia pessoal. Mas não estamos falando de energia pessoal, nós estamos falando de um direito de partida igual. A sociedade tem que ter direito de partida igual. E o direito de partida igual se faz nas políticas públicas, que foram negadas aos negros e aos pobres.

Então, nesse sentido, eu acho que as cotas são uma vitória. Mesmo contra o desejo — e nós respeitamos as suas opiniões —, o Supremo acabou de votar, em todo o Poder Judiciário, em todos os Tribunais, dia 9, na terça-feira, 20% dos negros no serviço, o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça. Desculpem-me, foi o Presidente do Supremo, que é Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ricardo Lewandowski. Ele mesmo reconheceu que é uma



reparação de danos, histórica e atrasada, depois de 127 anos — atrasada, depois de 127 anos.

E nós vamos aprovar, porque é uma vergonha uma Casa Legislativa, viu Deputado Rubens Otoni, que votou as cotas no Executivo e, Deputada Erika Kokay, não votou no Legislativo. É uma vergonha para o Legislativo brasileiro. Demonstra, mais uma vez, que o Legislativo às vezes é atrasado. A sociedade esta à frente, porque nós já fizemos no Executivo; o Poder Judiciário, o Conselho Nacional da Justiça, o Conselho do Ministério Público, que esteve na CPI, na semana passada, através do Subprocurador-Geral da República Bonsaglia, Dr. Mário Bonsaglia, que também é Relator, e vão aprovar no Ministério Público a cota.

Então, chegou a hora de todos os Legislativos colocarem a cota. E sem falar que nas universidades isso tem feito uma revolução. Havia 2% de negros na universidade; nós estamos com 10,8% de negros na universidade. Quando nós estamos anunciando que há um genocídio, não quer dizer que o Brasil não tenha avançado nesses últimos 12 anos. O Brasil avançou. O problema é que nós não conseguimos, nesse avanço de melhoria de qualidade de vida, distribuição de renda e eliminação dos homicídios de negros. Nesses 12 anos, houve uma diminuição de quase 40% de morte de brancos — e ficamos alegres por isso —, mas, lamentavelmente, isso não aconteceu com os jovens negros. Pelo contrário, houve um aumento de 40%. Parece que aumentou o ódio e a intolerância racial no Brasil.

Então, nós temos que discutir com franqueza. Agora, eu espero que esta CPI possa dar esta contribuição, no sentido de a gente mudar a abordagem da política de segurança pública no Brasil, sobre a qual, em ampla maioria, há, por todo o lado, a denúncia de ser seletiva. Então, eu acho que este é o desafio: não pode existir nenhuma abordagem pela cor da pele. Jamais!

Então, nesse sentido, nós temos muita tarefa pela frente. E eu quero aqui agradecer e também dizer que eu concordo com a Superintendente de Mulheres que esteve aqui. A maioria das vítimas são mulheres. Por que são as mulheres? Porque geralmente são mulheres solteiras. Os maridos já as abandonaram, não aguentaram ou já foram assassinados. E, quando eles são assassinados, e 93% são homens, deixam mães, avós, viúvas, que correm pelos Estados, pelas comunidades pedindo justiça. E não adianta, Delegado Edson Moreira. Eu vou contar uma coisa: o que



aconteceu em Baltimore, nos Estados Unidos, de manifestação contra o racismo é fichinha perto do que vai acontecer no Brasil, se o Estado brasileiro, num curto período... Eu nem vou colocar, não quero chutar tempo, porque eu não sou adivinho, mas eu diria que, num curto período de 5 anos, se as estatísticas brasileiras não reduzirem a patamares civilizados, com ampliação das políticas sociais e afirmativas que nós fizemos no Brasil, o choro das mães, das mulheres, que ecoam pela sociedade, vai chegar ao centro, às comunidades de branco, e o Brasil vai viver a maior guerra racial da sua história. Ou nós vamos fazer pela política pública, e o Estado assumir o seu papel hoje, ou vamos pagar um preço caro. E os senhores podem ter certeza, onde eu estiver, eu estarei do lado dos negros, contra a realidade dura que hoje está abatendo a nossa família. *(Palmas.)*

Então, eu quero aqui declarar encerrada a reunião e convocar a nossa audiência pública, a partir das 14h30min, na Assembleia Legislativa de Goiás.

Muito obrigado. *(Palmas.)*